



CONEXSUS
CONEXÕES SUSTENTÁVEIS



Finanças que impactam

ESTUDO SOBRE OPORTUNIDADES DE FINANCIAMENTO
PARA A CADEIA DA CASTANHA-DO-BRASIL

Sobre a Conexsus

O **Instituto Conexões Sustentáveis (Conexsus)** tem como missão ativar o ecossistema de negócios comunitários de impacto socioambiental visando à geração de renda no campo e à conservação de florestas e biomas.

Esses negócios são conduzidos por cooperativas e associações produtivas, que congregam comunidades nas bases das cadeias rurais e florestais. Tais organizações adotam sistemas de produção de base ecológica, extrativismo, manejo florestal comunitário ou pesca artesanal. Suas atividades geram benefícios sociais e ambientais, aumentando a renda e a qualidade de vida das populações. Contribuem também para a resiliência dos territórios, bem como para a mitigação e a adaptação às mudanças do clima.

A Conexsus atua para apoiar negócios comunitários economicamente viáveis a partir da superação dos seguintes gargalos: 1) fragilidades de gestão das cooperativas e associações, em relação direta com a sua estruturação e modelagem como negócios sustentáveis; 2) entraves no acesso a mercados; e 3) dificuldades de acesso a recursos financeiros.

Para isso, a Conexsus também interage com várias outras organizações que compõem um ecossistema de fortalecimento desses negócios. São organizações e iniciativas de diversas naturezas, desde organizações socioambientais e de apoio à produção, até compradores, investidores, bancos e outros agentes financeiros. Desenvolver soluções efetivas requer focar nas especificidades das cadeias de valor que compõem o ecossistema. Ao construir ações coletivas com esses parceiros, a Conexsus pretende ativar novas oportunidades para o desenvolvimento dos negócios comunitários de impacto socioambiental.

Diretoria

Diretora Executiva: Carina Pimenta

Diretora Administrativo-Financeira: Cíntia Andrade

Diretora Conexsus EUA: Marina Campos

Conselho Deliberativo

Presidente: Valmir Ortega

Integrantes: Fábio Scarano, Marco Van der Ree, Marcos Aurélio da Ré, Edel de Moraes

Contatos

contato@conexsus.org

+55 21 3546 5432

Praia do Flamengo, 66, sala 320 b – Flamengo
CEP 22210-903, Rio de Janeiro, RJ

Finanças que impactam

ESTUDO SOBRE OPORTUNIDADES DE FINANCIAMENTO
PARA A CADEIA DA CASTANHA-DO-BRASIL

JANEIRO DE 2021



CONEXSUS
CONEXÕES SUSTENTÁVEIS

© **Finanças que impactam – Estudo sobre oportunidades de financiamento para a cadeia da castanha-do-brasil**

Equipe encarregada desta publicação

Carina Pimenta, Mauri Andrade, Monika Röper e Paula Ceotto

Sistematização

Maura Campanili

Comunicação

Bruno Maranhão

Revisão

Tereza Moreira / Curare

Projeto gráfico e diagramação

Ana Cristina Silveira / Anacê Design

Financiamento



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Pimenta, Carina

Finanças que impactam [livro eletrônico] : estudo sobre oportunidades de financiamento para a cadeia da castanha-do-Brasil / Carina Pimenta, Monika Röper, Mauri Andrade. -- 1. ed. -- Belém, PA : CONEXSUS, 2021.

PDF

ISBN 978-65-992272-1-9

1. Castanha-do-Brasil 2. Castanha-do-Brasil - Indústria - Amazônia 3. Desenvolvimento - Aspectos ambientais 4. Desenvolvimento - Aspectos econômicos 5. Economia - Aspectos ambientais 6. Financiamento do setor produtivo I. Röper, Monika. II. Andrade, Mauri. III. Título.

21-55502

CDD-333.709811

Índices para catálogo sistemático:

1. Bacias hidrográficas : Restauração : Economia ambiental 333.7098151
Maria Alice Ferreira - Bibliotecária - CRB-8/7964

Sumário

INTRODUÇÃO	8
Capítulo 1	
ARRANJOS SOCIOPRODUTIVOS DA CADEIA DA CASTANHA-DO-BRASIL	10
1.1 Caracterização geral da cadeia	11
1.2 Formas de organização da produção	14
1.3 Caracterização do universo das organizações coletivas	15
1.4 Redes de associações e cooperativas	18
Capítulo 2	
SITUAÇÃO ATUAL DO FINANCIAMENTO DA CADEIA DA CASTANHA-DO-BRASIL	20
2.1 Financiamento pelo crédito rural	21
2.2 Financiamento pelas Políticas de Aquisição de Alimentos	25
2.3 Estratégias alternativas de financiamento	26
Capítulo 3	
ESTIMATIVA DA DEMANDA POR FINANCIAMENTO HÍBRIDO PARA A CASTANHA-DO-BRASIL	28
3.1 Estimativa da demanda por financiamento	29
3.2 Estimativa da demanda por assistência técnica e financeira	32
3.3 Estimativa da demanda por garantias complementares	32
3.4 Fontes para atender à demanda global de recursos	34
Capítulo 4	
DESENVOLVENDO UM AMBIENTE PROPÍCIO À EXPANSÃO DO FINANCIAMENTO NA CADEIA DA CASTANHA	36
4.1 Estratégias para destravar o crédito rural	37
4.2 Aspectos regulatórios do crédito rural	41
4.3 Padrão diferenciado de assistência técnica aos extrativistas e aos negócios comunitários	42
Capítulo 5	
REFLEXÕES FINAIS	45
ANEXOS	
1. Demanda de capital de giro e recursos gerais por elo da cadeia	48
2. Critérios para estimar necessidade de recursos dinamizadores da cadeia	57
3. Documentos necessários para solicitação de crédito para cooperativa de produção	58

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1	Produção anual de castanha-do-brasil nos anos de 2010 a 2018	11
Figura 2	Mapa da ocorrência de castanhais nativos na Amazônia Legal brasileira	12
Figura 3	Valor total da produção na extração vegetal entre os anos de 2010 e 2018, em milhões de reais	12
Figura 4	Número de organizações coletivas identificadas por estado	15
Figura 5	Distribuição territorial das organizações coletivas da castanha-do-brasil	16
Figura 6	Participação das organizações de acordo com a composição social	16
Figura 7	Número estimado de associados e cooperados por estado da Amazônia Legal	17
Figura 8	Faixa de faturamento anual de organizações das cadeias da castanha-do-brasil por tipo de organização em 2018	17
Figura 9	Recursos do Pronaf executados na Amazônia na safra 2019/20	21
Figura 10	Demanda agregada por recursos na cadeia da castanha-do-Brasil (em milhares de reais)	29
Figura 11	Estimativa da composição de fontes de financiamento necessárias para dinamizar a cadeia da castanha	35
Figura 12	Funcionamento do Linha Pronaf Grupo B	38

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1	Quantidade anual de castanha-do-brasil produzida entre 2010 e 2018 (em ton.)	13
Tabela 2	O Pronaf e suas linhas de financiamento para a Amazônia	22
Tabela 3	Execução do Pronaf na Amazônia na safra de 2019/2020, por finalidade de financiamento	23
Tabela 4	Organizações coletivas que atuam com a castanha-do-brasil, com foco na participação em redes de apoio	30
Tabela 5	Demanda por recursos da cadeia de valor da castanha-do-brasil	31
Tabela 6	Estimativa da demanda por financiamento por elos da cadeia	31
Tabela 7	Estimativa da demanda por recursos para a ATER e Assessoria Financeira	32
Tabela 8	Estimativa da demanda para garantias complementares dos critérios do Pronaf	33
Tabela 9	Demanda de recursos da cadeia de valor da castanha-do-brasil – por prováveis fontes de recursos	35



Introdução

A castanha-do-brasil possui histórica importância social e ambiental para a Amazônia, um bioma cuja conservação depende da viabilidade das estratégias de uso sustentável dos seus recursos. Além de gerar trabalho e renda para milhares de extrativistas, essa cadeia presta valiosa contribuição na conservação do bioma. Pela sua relevância no contexto da ampliação dos mercados, a castanha ocupa lugar de destaque entre os produtos da sociobiodiversidade dessa região.

Desde o início da sua atuação, a Conexsus vem dedicando atenção especial a esta cadeia, em especial nas ações de mapeamento, análise e busca de soluções para ampliar a sua comercialização. O mapeamento inicial de empreendimentos comunitários sustentáveis, realizado pelo Desafio Conexsus¹ em 2018, reflete este cenário: das 400 organizações mapeadas na Amazônia, mais de 30% (127) estão inseridas na cadeia de valor da castanha-do-brasil. Tais organizações agregam cerca de 15 mil extrativistas, ou seja, apenas 25% dos mais de 55 mil extrativistas de castanha atuantes em toda a Amazônia². A capacidade de escoamento da produção também é baixa. As 127 organizações comercializam cerca de 30% da média de produção de castanha, que gira em torno de 36 mil toneladas anuais.

Partindo da análise das atuais formas de financiamento da cadeia, a Conexsus busca identificar oportunidades e caminhos para a ampliação do uso de financiamento na base da produção extrativista. As estimativas realizadas

mostram que a superação dos gargalos de financiamento na cadeia demanda R\$ 56 milhões em recursos adicionais. No que tange ao acesso a recursos financeiros, a percepção da Conexsus é de que, isoladamente, os modelos de financiamento existentes não são suficientes e efetivos para gerar as transformações necessárias que tornem os empreendimentos comunitários sustentáveis e autônomos do ponto de vista econômico.

Os recursos atualmente disponíveis para a produção agroextrativista baseiam-se em: 1) filantropia orientada a resultados econômicos e socioambientais; 2) novos tipos de investidores, interessados em alocar capital na geração de impacto positivo; e 3) políticas públicas, como as do crédito rural. Se bem combinados tais recursos podem ter um efeito catalizador na economia da floresta. Por isso, a Conexsus busca o desenvolvimento de modelos híbridos de financiamento, que potencializem contribuições advindas de tais fontes.

Nessa direção, a Conexsus está criando uma plataforma de finanças de impacto para negócios comunitários, que alavanca o acesso ao crédito rural subsidiado. A concepção e o desenvolvimento dessa plataforma partem de aprendizados gerados tanto por iniciativas próprias como de parceiros. Sabe-se que a introdução de estratégias de financiamento deve ser adequada às realidades locais e à trajetória das populações. Desse modo, é indispensável o trabalho em rede com inúmeros atores, desde bancos e investidores, representantes de movimentos sociais e organizações socioambientais, além das próprias organizações produtivas.

1. Mapeamento disponível em: <<https://desafioconexsus.org/mapeamento/#chamada-mapa>>. Acesso em 24 Nov. 2020.

2. Cf. <<https://www.embrapa.br/busca-de-projetos/-/projeto/206335/mapeamento-de-castanhais-nativos-e-caracterizacao-socioambiental-e-economica-de-sistemas-de-producao-da-castanha-do-brasil-na-amazonia-mapcast>>. Acesso em 24 Nov. 2020.

Ao explorar os caminhos para o uso do financiamento, o presente estudo busca abordagens para tornar esse acesso mais amplo e disponível para todos os integrantes da cadeia. As soluções visam à combinação de estratégias que vão desde o acesso a fontes de recurso como o crédito rural, acompanhado de educação financeira, até a introdução de inovações no campo das finanças híbridas e de oportunidades para a oferta continuada de assistência técnica.

Com esta publicação, a Conexsus apresenta uma visão setorial sobre as necessidades de financiamento da cadeia da castanha, bem como as oportunidades e os possíveis caminhos para atrair tais recursos. Trata-se de um esforço para integrar capacidades de muitas organizações que trabalham na cadeia da castanha-do-brasil, fortalecendo a sua relevância econômica e a sua contribuição para o desenvolvimento de uma economia da floresta em pé.

O **PRIMEIRO CAPÍTULO** apresenta a diversidade de elementos e arranjos com diferentes níveis de organização e agregação de valor presentes na base da cadeia da castanha-do-brasil: extrativistas, cantinas, miniusinas, associações, cooperativas e redes de organizações coletivas associadas a instituições de apoio. Estas informações foram reunidas em viagens a campo e por meio de entrevistas com as organizações socioambientais que apoiam as cooperativas e as associações da cadeia. Identificou-se a importância crescente de ações coletivas e em rede, cujo fortalecimento é fundamental para a busca de novos caminhos de acesso a capital, uma vez que o seu desenvolvimento se beneficia de forma crucial das estruturas de governança do trabalho coletivo.

As estratégias de financiamento da cadeia são objeto de análise do **CAPÍTULO 2**. Atualmente grande parte da demanda por financiamento é atendida fora do sistema financeiro. Nas três últimas safras, apenas uma média de R\$ 10 milhões por ano de crédito rural público subsidiado do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) foi acessado pela cadeia da castanha, sendo que mais de 90% deste valor

destinou-se a uma única agroindústria. Diante da pequena utilização do crédito rural, outras iniciativas buscaram romper com o sistema de aviamento predominante na cadeia, em que os atravessadores adiantam recursos para a viabilização da coleta e a entrega. Fundos rotativos e adiantamento de recursos por compradores têm sido caminhos buscados principalmente pelas redes como soluções intermediárias..

O **CAPÍTULO 3** mostra e analisa os dados que permitiram estimar a demanda efetiva de recursos para custeio e investimento na cadeia. Ao cruzar essas demandas com as possíveis fontes de recursos, são indicados mecanismos que podem ser utilizados para viabilizar as soluções. Parte significativa do financiamento pode ser realizado por meio do crédito rural, principalmente do Pronaf. Mas a composição de recursos de naturezas distintas (filantropia e investimento de impacto) é fundamental para superar os gargalos estruturantes do relacionamento com o sistema financeiro, tais como as limitações existentes na oferta de garantias, na assessoria aos negócios, na educação financeira e na assistência técnica produtiva.

O **CAPÍTULO 4** apresenta caminhos para atrair financiamento de fontes diversificadas, de forma a materializar oportunidades na geração de um ciclo de desenvolvimento para a cadeia de valor da castanha-do-brasil. Fica evidente que há alternativas para romper com a falta de acesso ao crédito rural, assim como há espaços para o desenvolvimento de soluções territoriais e locais.

Os dados produzidos neste estudo geraram algumas reflexões, que estão presentes no **CAPÍTULO 5**. Evidencia-se a existência de recursos disponíveis para suprir a demanda por financiamento para a cadeia da castanha-do-brasil, especialmente com o arranjo de finanças híbridas, de fontes não reembolsáveis e reembolsáveis. Tais reflexões estão sendo incorporadas às estratégias da Conexsus para dimensionar apoios e formatos para as cadeias voltadas à proteção de florestas e de outros ecossistemas.

CAPÍTULO

1



Arranjos socioprodutivos da cadeia da castanha-do-brasil

A diversidade dos arranjos produtivos nos elos iniciais da cadeia da castanha-do-brasil deriva de algumas de suas características específicas: a localização em regiões muitas vezes isoladas na floresta, a decorrente logística de transporte necessária para o escoamento da produção, e o modo de produção extrativista predominante na base da cadeia. A falta de coleta e disponibilização de dados sobre a produção reduzem a visibilidade econômica da cadeia e a busca de soluções para sua estruturação e desenvolvimento.

Após uma breve introdução geral, com informações básicas sobre a evolução da cadeia, serão detalhados os arranjos existentes na organização socioprodutiva da base da cadeia. Isso fornecerá os fundamentos para a compreensão das análises realizadas sobre a demanda por financiamento.

1.1 Caracterização geral da cadeia

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no período de 2010 a 2018

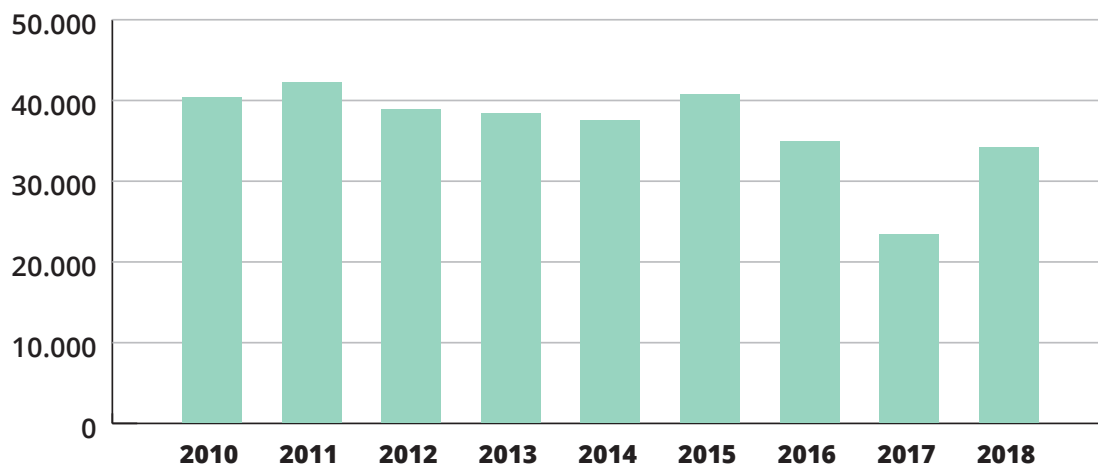
foram produzidas anualmente entre 23.000 e 42.000 toneladas de castanha-do-brasil (FIGURA 1). Historicamente, os três principais estados produtores são Amazonas, Acre e Pará (FIGURA 2 E TABELA 1).

Ainda segundo o IBGE, o valor estimado da produção extrativista entre 2010 e 2018 variou entre 55 e 131 milhões de reais (FIGURA 3).

Sem aprofundar os vários desafios enfrentados pela cadeia-da-castanha, destacam-se alguns elementos gerais que caracterizam os mercados e as suas perspectivas de evolução:

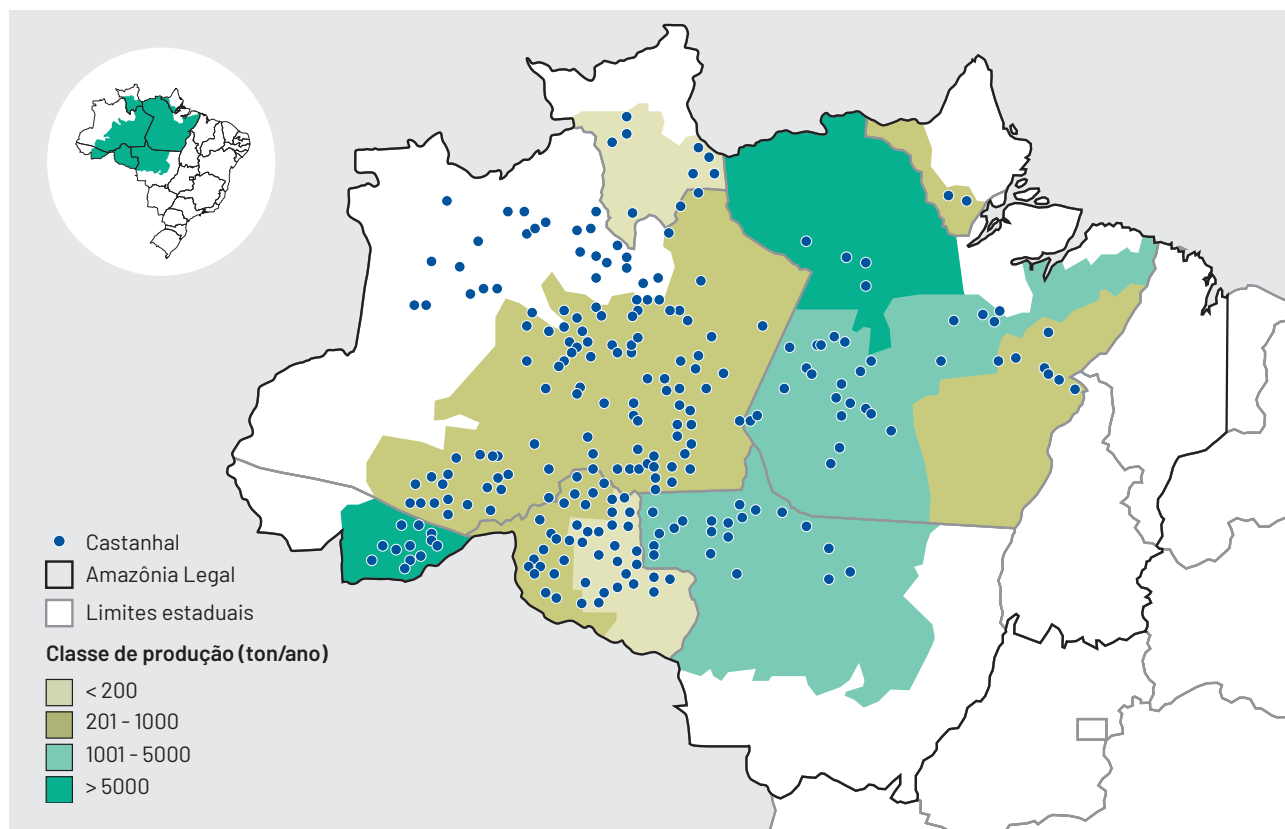
- Em função das longas distâncias existentes entre as áreas produtivas e o mercado consumidor, as populações extrativistas seguem comercializando boa parte da sua produção com atravessadores. Estes dispõem de meios de transportes apropriados para enfrentar os gargalos logísticos, circulam na época das safras pelas comunidades ribeirinhas e terras indígenas comprando a castanha por preços que, muitas vezes, sequer cobrem os custos de produção e não refletem a agregação de valor total que ocorre ao longo da cadeia.

FIGURA 1. PRODUÇÃO ANUAL DE CASTANHA-DO-BRASIL NOS ANOS DE 2010 A 2018



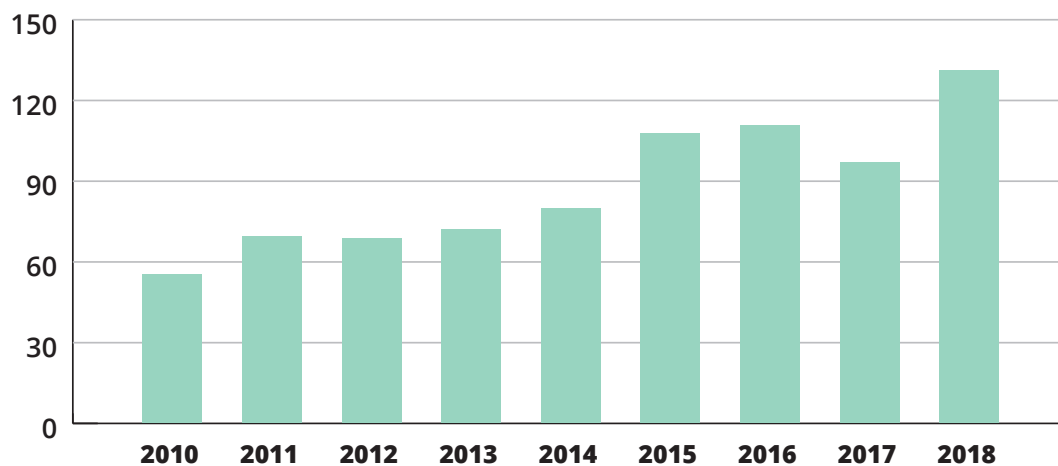
Fonte: IBGE - Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura

FIGURA 2. MAPA ILUSTRATIVO DA OCORRÊNCIA DE CASTANHAIS NATIVOS NA AMAZÔNIA LEGAL BRASILEIRA



Fonte: <https://www.researchgate.net/figure/Figura-1-Mapa-da-ocorrencia-de-castançais-nativos-na-Amazônia-Legal-Brasileira_fig1_335509806>. Acesso em 25 Nov. 2020.

FIGURA 3. VALOR TOTAL DA PRODUÇÃO NA EXTRAÇÃO VEGETAL ENTRE OS ANOS DE 2010 E 2018, EM MILHÕES DE REAIS



Fonte: IBGE - Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura

TABELA 1. QUANTIDADE ANUAL DE CASTANHA-DO-BRASIL PRODUZIDA ENTRE 2010 E 2018, EM TONELADAS

Brasil e Unidade da Federação	Quantidade produzida na extração vegetal (Toneladas)									Produção média	Participação média
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018		
Brasil	40357	42152	38805	38300	37499	40643	34903	23357	34170	36687	100%
Rondônia	1797	3523	1714	1689	1854	1944	2055	1865	1755	2022	5,51%
Acre	12362	14035	14088	13599	13684	14038	8742	4790	7681	11447	31,20%
Amazonas	16039	14661	10478	11785	12901	13983	15183	10011	12161	13022	35,50%
Roraima	106	105	112	171	166	155	161	322	2230	392	1,07%
Pará	8128	7192	10449	9023	6903	7967	6866	4186	7726	7604	20,73%
Amapá	447	401	426	438	466	473	489	476	437	450	1,23%
Mato Grosso	1477	2234	1538	1596	1524	2082	1407	1706	2179	1749	4,77%

Fonte: IBGE - Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura

- A atuação de atravessadores na base da cadeia faz com que se perca a conexão entre a origem do produto e os compradores. A presença desses agentes também contribui para reduzir as chances de financiamento. Afinal, isso implica inexistência de contratos de compra ou rastreabilidade, elementos que permitem visualizar a relação entre produtor e comprador e diminuem os riscos associados às operações de crédito.
 - Os mercados privados formais são dominados por um pequeno grupo de grandes indústrias e cooperativas de beneficiamento, que absorvem apenas parte da produção. A parcela não comercializada para atravessadores é vendida em pequenas quantidades nos mercados locais, diretamente para os consumidores ou para distribuidores.
 - A castanha-do-brasil representa uma cadeia emblemática no contexto do desenho das políticas públicas que consideram os produtos da sociobiodiversidade.
- Atualmente, no entanto, os mercados públicos não exercem grandes estímulos para o setor. Este cenário se dá tanto em função da redução orçamentária para várias políticas ao longo dos últimos anos, como pelas sinalizações de demanda crescente por parte dos mercados privados.
- O mercado privado nacional é de alta relevância para a cadeia e absorve cerca de 75% da produção anual. Em âmbito internacional, o Brasil perdeu espaço devido às dificuldades de ajuste às exigências sanitárias dos principais mercados. Isso faz com que a produção brasileira se direcione à exportação da castanha com casca, menos demandada e valorizada fora do país. No entanto, em médio prazo, devem ser envidados esforços para superar este gargalo. Outras opções estão relacionadas a nichos, tais como os mercados orgânicos e de comércio justo, que valorizam os atributos sociais e ambientais, mais adequados ao perfil das organizações comunitárias.

- Oportunidades adicionais de agregação de valor surgem do atendimento crescente a setores não alimentícios, como o de óleos e cosméticos, além do desenvolvimento de novos produtos a partir da castanha. Isso requer, no entanto, avanços no beneficiamento.

1.2 Formas de organização da produção

A cadeia da castanha-do-brasil caracteriza-se historicamente por alto grau de informalidade, baixo uso de tecnologias produtivas e dependência de atravessadores para o escoamento da produção. Apesar do alto valor de mercado obtido por este produto, os benefícios que chegam até a base produtiva são muito reduzidos. Não existem dados consolidados sobre os preços praticados ao longo da cadeia, mas o valor médio pago ao extrativista na floresta varia entre R\$ 2,00 e R\$ 6,00 o quilo da castanha *in natura*. Após o processamento, este valor sobe para, em média, R\$ 40,00 e chega ao consumidor a preços próximos a R\$ 100,00 por quilo. Tal realidade contrasta com a importância da atividade para a conservação da floresta, principalmente em áreas protegidas, como unidades de conservação e terras indígenas. Vale frisar também a sua relevância social, como fonte de renda para as populações tradicionais e indígenas amazônicas.

Mecanismos de financiamento poderiam ajudar a estruturar negócios coletivos que permitam superar as estruturas históricas de dependência e aumentar a autonomia das populações. Para identificá-los foi realizado um levantamento das características e necessidades de recursos dos elementos que compõem os arranjos

socioprodutivos na base da cadeia. Assim, inicialmente verificou-se quais são as principais **FORMAS DE ORGANIZAÇÃO** presentes nos diferentes elos da cadeia, cada uma com suas necessidades em termos de insumos e recursos.

A primeira delas é formada pelos **EXTRATIVISTAS**, que podem ou não estar vinculados a **ASSOCIAÇÕES** ou **COOPERATIVAS**, embora muitos deles integrem essas organizações coletivas³. Tais entidades podem ter diferentes modelos de operação. Em sua maioria, cuidam apenas da organização da produção e das vendas coletivas, viabilizando acesso a diferentes mercados.

Algumas organizações conseguem ter maior estrutura para agregação de valor, por meio de **MINIUSINAS**, que beneficiam parte da produção em unidades administradas pelas próprias organizações ou por alguns de seus membros. Em alguns casos existem outras unidades de processamento, que geram diferentes tipos de produto a partir da castanha, resultando em significativa agregação de valor.

Parte dessas organizações coletivas integra arranjos diferenciados, muitos deles em formato de **REDES**, para os quais recebem ajuda técnica e operacional de instituições de apoio. Essas instituições operam com bases territoriais definidas e mantêm relações de longo prazo com as organizações coletivas. Com isso, conseguem superar mais facilmente desafios ligados à produção economicamente sustentável e acessar compradores que garantem o escoamento da produção em termos mais justos para os extrativistas. Uma forma diferenciada desses arranjos baseia-se nas chamadas **CANTINAS**, que são pontos descentralizados em que a castanha

3. Associações são organizações coletivas formais ou informais, podendo se constituir como pessoa jurídica ou não, voltadas a atividades sociais, como promoção educacional, cultural, defesa de interesses de classe, etc. Já as cooperativas possuem vocação econômica mais clara, sendo seu principal foco viabilizar o negócio produtivo dos cooperados no mercado. Cooperativas são regidas por legislação específica e formalizadas obrigatoriamente como pessoa jurídica. Fonte: <<https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/artigos/home/entenda-as-diferencas-entre-associao-ecooperativa,5973438af1c92410VgnVCM10000b272010aRCRD>> Acesso em 25 Nov. 2020.

coletada pelos extrativistas é vendida ou trocada por outras mercadorias, tais como bens de consumo de uso cotidiano.

1.3 Caracterização do universo das organizações coletivas

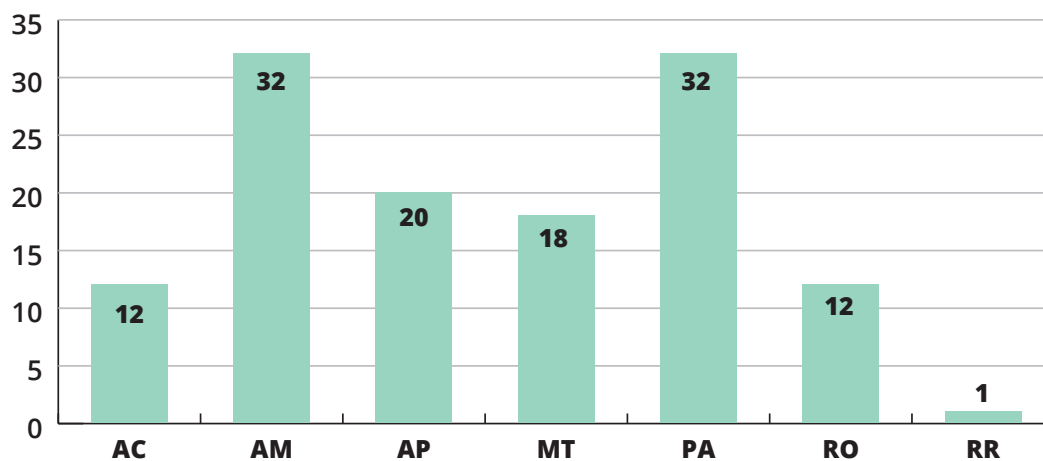
A partir dos dados levantados no âmbito do Desafio Conexsus, bem como de informações colhidas em campo e com as instituições de apoio⁴, foram identificadas 127 organizações comunitárias com atuação na cadeia da castanha-do-brasil, sendo 98 associações e 29 cooperativas. Na distribuição territorial⁵, destacam-se os estados do Amazonas e do Pará, com 32 organizações cada (**FIGURA 4**).

A **FIGURA 5** mostra a ampla distribuição das organizações coletivas em toda a Amazônia brasileira. O tamanho dos pontos representa o número de organizações coletivas presentes no município.

Na figura 5, pode-se deduzir as dificuldades da logística de transporte e comercialização, que depende de grandes deslocamentos fluviais e terrestres em várias etapas da cadeia. Isso ocorre em grande parte porque as organizações estão localizadas, sobretudo, em áreas de alta densidade florestal. Analisando-se os dados sobre a origem da castanha, observa-se a predominância das áreas protegidas (70%)⁶ e assentamentos (17%) como áreas de coleta. Apenas 7% das organizações declararam extrair a castanha exclusivamente em propriedades privadas.

Esse dado evidencia a importância desta cadeia para a geração de renda dentro das áreas florestadas por toda a Amazônia. O universo de pessoas envolvidas com as atividades consideradas no estudo foi estimado em 15.000 indivíduos, sendo 9.800 associados e 5.200 cooperados. Um olhar sobre a composição social das organizações mostra a diversidade dos povos que vivem da

FIGURA 4. NÚMERO DE ORGANIZAÇÕES COLETIVAS IDENTIFICADAS POR ESTADO



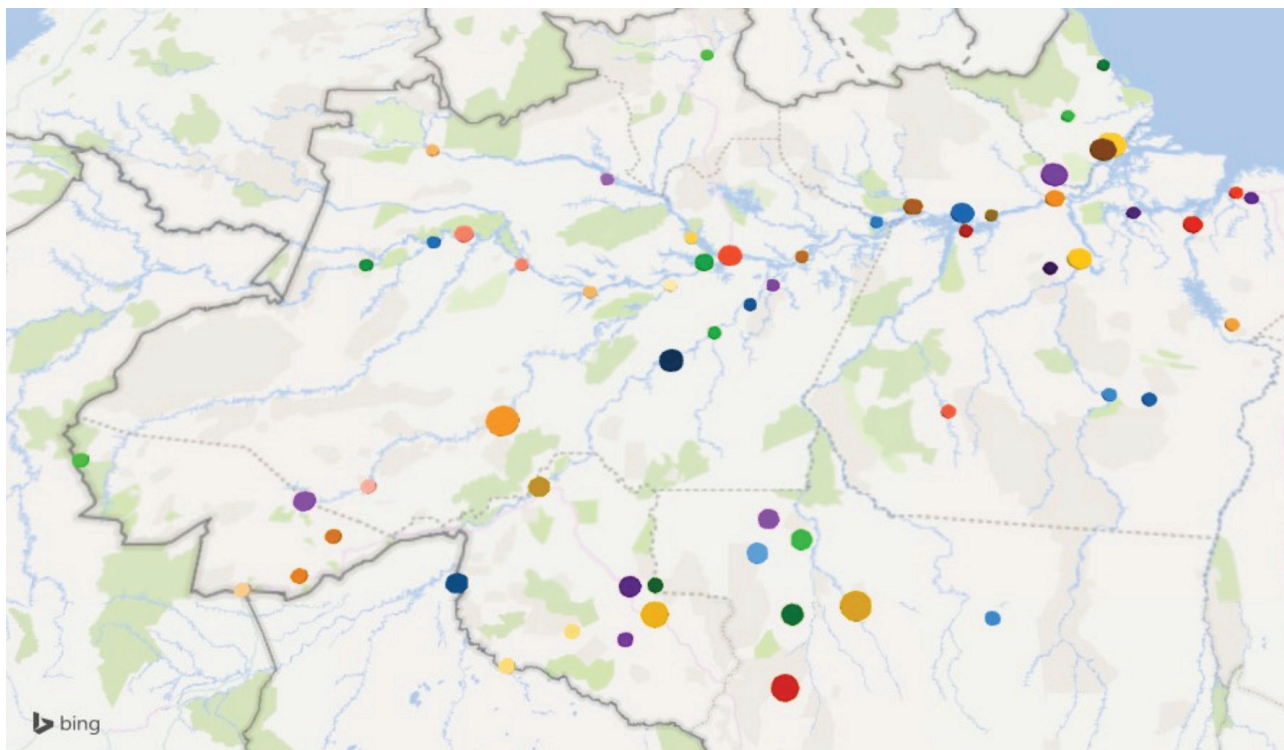
Fonte: Elaborado a partir do levantamento de dados realizado pelo Desafio Conexsus.

4. Ver box na pág. 29.

5. No caso do Acre, a Cooperacre foi contabilizada como uma organização, mas trata-se de uma central que reúne cerca de 25 cooperativas e associações, localizadas em 10 municípios do estado.

6. Áreas protegidas abrangem também unidades de conservação de uso sustentável, terras indígenas e de quilombolas.

FIGURA 5. DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL DAS ORGANIZAÇÕES COLETIVAS DA CASTANHA-DO-BRASIL

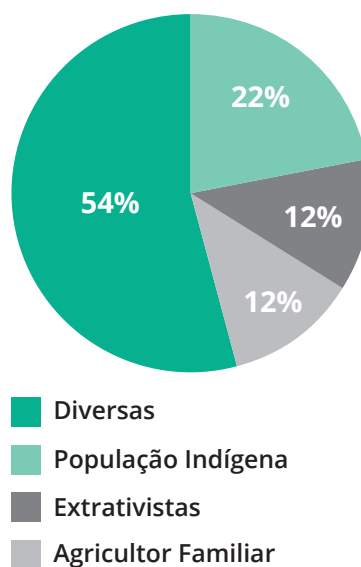


Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Desafio Conexsus.

coleta da castanha. Na maioria das organizações (51%), há uma mistura de perfis, às vezes reunindo agricultores familiares, extrativistas e indígenas na mesma organização. Por outro lado, destaca-se também a importância dessa cadeia para as populações indígenas, que representam 23% das organizações (**FIGURA 6**).

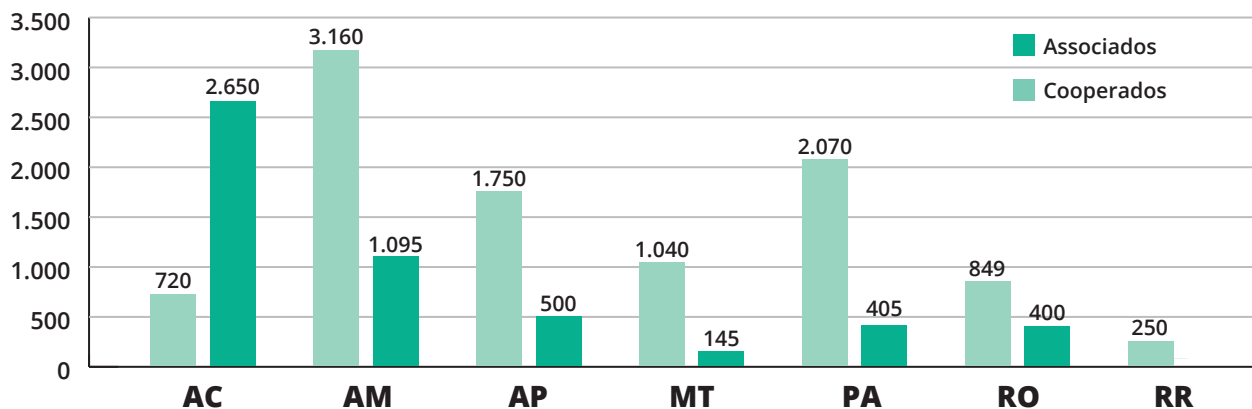
Embora as organizações econômicas congreguem um número significativo de extrativistas, isso não tem reflexos em volumes de comercialização compatíveis com a produção. Os dados de faturamento do Desafio Conexsus apontam para a fragilidade das relações econômicas: cerca de 70% das organizações mapeadas faturam até R\$ 600 mil por ano e 10% declararam não ter tido faturamento em 2017. Essa diferença é ainda mais marcante quando se comparam associações e cooperativas, uma vez que as cooperativas tendem a apresentar faturamentos mais altos (**FIGURA 8**).

FIGURA 6. PARTICIPAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES DE ACORDO COM A COMPOSIÇÃO SOCIAL



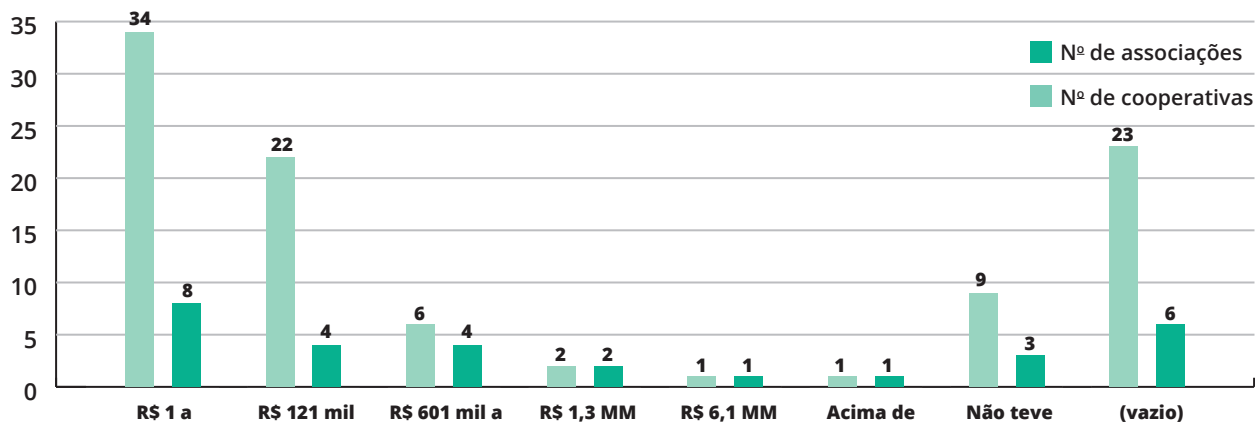
Fonte: Levantamentos próprios.

FIGURA 7. NÚMERO ESTIMADO DE ASSOCIADOS E COOPERADOS POR ESTADO DA AMAZÔNIA LEGAL



Fonte: Levantamentos próprios.

FIGURA 8. FAIXA DE FATURAMENTO ANUAL DE ORGANIZAÇÕES DAS CADEIAS DA CASTANHA-DO-BRASIL POR TIPO DE ORGANIZAÇÃO EM 2018



Fonte: Levantamentos próprios.

Um aspecto importante sobre o faturamento das organizações é que a produção de castanha comercializada via associações e cooperativas refere-se, em grande parte, às vendas previamente acertadas mediante contrato com as indústrias compradoras em toda a região amazônica.

A quantidade de castanha que os membros das organizações comercializam diretamente com os regatões (atravessadores) ou via comércio local não é captada por qualquer levantamento. Além disso, sabe-se que essa forma de comercialização não

remunera os extrativistas de forma justa. À medida que as associações e cooperativas passam a ter maior disponibilidade de capital de giro para a compra da produção de seus associados e cooperados, os preços praticados pelos regatões e demais compradores evoluem, beneficiando indiretamente a melhoria do faturamento das famílias extrativistas.

Este aspecto é fundamental no estímulo e na mobilização para a organização coletiva dos extrativistas. Para que as organizações possam

planejar as compras de cada safra em maiores quantidades e com a adoção de preço justo faz-se necessária a disponibilização de fontes de recursos oportunas e suficientes de capital de giro.

1.4 Redes de associações e cooperativas

O número de arranjos coletivos na cadeia de valor da castanha-do-brasil tem aumentado na última década em praticamente todas as regiões extrativistas da Amazônia. Parte dessa ampliação se deve à atuação de diversas entidades de apoio técnico e operacional, tais como Instituto Socioambiental (ISA), Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora), Sentinelas da Floresta, Pacto das Águas, Instituto Centro de Vida (ICV), Instituto de Educação do Brasil (IEB), Projeto Bem Diverso (Embrapa/PNUD). Essas instituições fornecem orientação sobre os mais diversos assuntos relacionados à produção

economicamente sustentável dos produtos da sociobiodiversidade da Amazônia.

Com a ampliação das organizações coletivas, as instituições de apoio também iniciaram a formação de redes, que envolvem grupos de entidades com objetivos comuns. Numa cadeia ainda pouco estruturada como a da castanha, as redes cumprem funções muito importantes, tanto do ponto de vista da organização produtiva e da comercialização, quanto da perspectiva do compartilhamento de informação e entendimento mais amplo da cadeia.

Atualmente identificam-se pelo menos cinco redes focadas na organização da produção e da comercialização: Rede Origens, Rede da Floresta, Rede Sentinelas da Floresta, Associações de Beneficiamento Agroextrativistas do Estado do Amazonas (Recabaam) e Projeto Bem Diverso. Sob outra configuração jurídica há a rede da Cooperacre, que é uma central de cooperativas, com 25 associações e cooperativas vinculadas naquele



As redes auxiliam na organização produtiva, na comercialização e no compartilhamento de informações sobre a cadeia.

estado. Além disso, o Coletivo da Castanha articula-se como uma rede de comunicação e compartilhamento de informações (*ver box ao lado*). A atuação dessas redes se dá nas áreas de maior concentração das organizações produtivas coletivas constituídas.

Tais redes apoiam as organizações coletivas em várias cadeias, buscando a produção com sustentabilidade econômica, social e ambiental. Entende-se as redes como grupos de organizações produtivas (associações e/ou cooperativas) que alcançam maior escala pela coordenação de suas atividades. Usualmente, estas recebem apoio técnico de pelo menos uma organização socioambiental ou mesmo de uma das cooperativas integrantes com maior nível de estruturação.

As instituições de apoio às organizações coletivas têm sido fundamentais para o desenvolvimento da cadeia de valor da castanha-do-brasil. Seus técnicos normalmente atuam em equipes centralizadas, prestando assessoria a um conjunto de organizações em questões mais abrangentes. No nível local, cabe a cada organização manter o seu próprio técnico de campo. As equipes técnicas atuam nas mais diversas frentes, apoiando as organizações integrantes desde a condução dos trabalhos de coleta da castanha até a produção de estudos de mercado, negociações com compradores, armazenagem e entrega para comercialização.

A organização em redes, no entanto, ainda necessita de mais engajamento tanto das entidades de apoio quanto das organizações, e principalmente dos associados. Das 127 organizações coletivas mapeadas, por exemplo, apenas metade integra alguma rede de comercialização, formal ou informal. Essas redes congregam cerca de 5 mil extrativistas. Considerando que existem 55 mil em todo o Brasil, as redes agregam menos de 10% das populações que vivem do extrativismo da castanha.

Coletivo da Castanha: uma rede para compartilhamento de informações

O Coletivo da Castanha⁷ reúne lideranças agroextrativistas, indígenas, quilombolas e agricultores familiares, além de assessores técnicos e pesquisadores de diversas organizações que trabalham com a produção da castanha. Ao todo são mais de 30 organizações de apoio à produção e estruturação dessa cadeia extrativista, além de representantes de associações, cooperativas e organizações sociais de sete estados da Amazônia Legal.

Este coletivo tem por objetivo formar uma rede de comunicação e compartilhamento de informações referentes a pesquisa, produção e comercialização da castanha. A iniciativa tem ajudado extrativistas em toda a Amazônia a encontrar alternativas para lidar com os desafios dessa cadeia produtiva. A dinâmica do grupo baseia-se no compartilhamento de mensagens de texto e áudio, a partir das quais são gerados boletins informativos sobre o mercado da castanha. Entre os temas abordados estão preço de venda, financiamento da produção, capital de giro e estoque.

Como importantes elos para a estruturação da cadeia, as redes envolvendo organizações coletivas necessitam recursos para se consolidarem. Por isso, foram objeto de estimativa de demanda financeira, visando ao desenvolvimento de estratégias de financiamento para a cadeia da castanha-do-brasil.

7. Conforme informações colhidas do Projeto Bem Diverso, disponíveis em: <<https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/53129176/pandemia-do-coronavirus-afeta-mercado-da-castanha-do-brasil>> Acesso em 25 Nov. 2020.

CAPÍTULO

2



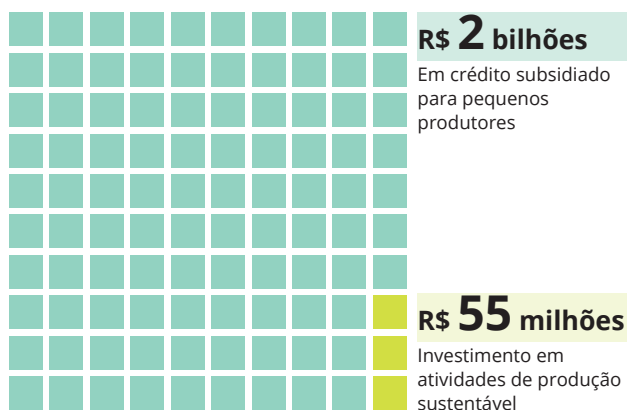
Situação atual do financiamento da cadeia da castanha-do-brasil

O panorama atual de financiamento da cadeia da castanha ainda é marcado pela prevalência dos sistemas históricos de financiamento do extrativismo, por meio dos atravessadores, os chamados regatões. Em muitos casos estes ainda praticam o aviamento, adiantando o pagamento pela castanha e cobrindo, dessa forma, os custos das atividades do extrativista.

Poucas são as opções viáveis para os extrativistas e suas organizações. As políticas de crédito rural quase não são acessadas. Desenhadas como mecanismos de acesso ao mercado, algumas políticas públicas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), indiretamente cumpriam um papel de financiamento, provendo capital de giro para as organizações. Estas, porém, têm passado por reduções orçamentárias significativas.

Por fim, partes importantes dessa cadeia vem sendo financiadas com recursos de projetos oriundos de organizações filantrópicas, programas de cooperação e outras iniciativas do gênero, com experiências exitosas e inovadoras em territórios e arranjos específicos. Mas a filantropia possui capacidade limitada de ofertar soluções sustentáveis para o financiamento da cadeia.

FIGURA 9. RECURSOS DO PRONAF EXECUTADOS NA AMAZÔNIA NA SAFRA 2019/20



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Sicor/Bacen sobre o Pronaf

Como resposta a esse contexto, observa-se o desenvolvimento de instrumentos de empréstimos coletivos, como soluções localizadas para o gargalo de financiamento dos extrativistas e dos negócios comunitários.

2.1 Financiamento pelo crédito rural

Em princípio, a fonte de recursos mais abundante e estável, com menor custo e rapidez de acesso para financiar as atividades dos extrativistas da castanha-do-brasil e suas organizações coletivas seria o crédito rural do Pronaf. No entanto, este recurso é pouquíssimo acessado na Amazônia, em especial pelos extrativistas.

Criado em 1995 com o objetivo de ofertar crédito rural diferenciado para pequenos agricultores, o Pronaf consolidou-se como importante política pública para a agricultura familiar. Isso ocorreu principalmente nas cadeias dominantes do meio rural, como a produção pecuária e de grãos. Anualmente, este programa destina cerca de R\$ 33 bilhões em crédito subsidiado para pequenos produtores de todo o Brasil.

Na Amazônia, o Pronaf mobiliza cerca de R\$ 2 bilhões ao ano, mas tem dificuldade para chegar às cadeias de produção sustentável e florestal. Dados da safra 2019/20 mostram que apenas R\$ 55 milhões, ou seja, menos de 3% deste valor, foram aplicados em atividades de produção sustentável no bioma. Destes, aproximadamente R\$ 8,4 milhões destinaram-se ao financiamento de atividades de custeio, investimento e industrialização para a cadeia da castanha-do-brasil.

As dificuldades de acesso ao Pronaf são conhecidas há tempos. Diversas estratégias foram implementadas no intuito de ampliar o acesso à política. Entre as ações encontra-se o desenho de linhas de financiamento para públicos ou temas específicos, como mulheres, jovens, floresta ou agroecologia. Na tabela a seguir, é possível ver a

TABELA 2. O PRONAF E SUAS LINHAS DE FINANCIAMENTO PARA A AMAZÔNIA⁸

Linha de financiamento	Público-alvo
Pronaf Microcrédito Produtivo Rural <i>Grupo "B" para custeio e investimento</i>	Beneficiários cuja renda bruta familiar anual não seja superior a R\$ 23.000,00 e que disponham de Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) ⁹
Pronaf Floresta <i>Financiamento de sistemas agroflorestais, exploração extrativista; recomposição e manutenção de áreas degradadas</i>	Agricultores e produtores rurais
Pronaf Mulher	Mulheres agricultoras
Pronaf Agroecologia	Agricultores e produtores rurais
Pronaf Bioeconomia <i>Investimentos em tecnologias rurais sustentáveis</i>	Agricultores e produtores rurais
Pronaf Mais Alimentos <i>Financiamento para infraestrutura de produção individual ou coletiva</i>	Agricultores e produtores rurais
Pronaf Jovem <i>Investimento para os itens de que trata o Pronaf Mais Alimentos</i>	Jovens entre 16 anos e 29 anos, integrantes de unidades familiares rurais
Pronaf Agroindústria <i>Investimentos em beneficiamento, armazenagem, processamento e comercialização da produção</i>	Agricultores e produtores rurais, empreendimentos familiares rurais (pessoa jurídica) e cooperativas constituídas pelos beneficiários do Pronaf
Pronaf Cotas-Partes <i>Integralização de cotas-partes por beneficiários do Pronaf associados a cooperativas de produção rural; capital de giro, custeio, investimento ou saneamento financeiro de cooperativas</i>	Agricultores e produtores rurais que sejam associados a cooperativas de produção agropecuária

Fonte: IBGE - Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura

diversidade de linhas de financiamento do Pronaf criadas ao longo do tempo.

Os produtores da cadeia da castanha poderiam se beneficiar muito do Pronaf, principalmente na linha de investimento denominada Pronaf B, na qual a maioria dos extrativistas se encaixa. Essa linha se assemelha ao microcrédito e tem condições muito vantajosas para a população extrativista.

O Pronaf B e outras linhas diferenciadas, no entanto, têm sido pouco acessadas, demonstrando o distanciamento ainda presente

entre a proposta e a realidade dos produtores. Os dados da safra 2019/2020, indicam que, em toda a Amazônia, foram desembolsados R\$ 8,4 milhões de reais na cadeia da castanha, por meio de 26 operações, sendo 25 contratos com extrativistas e 1 contrato com cooperativa. Em termos de valores, esses 25 contratos com extrativistas individuais representaram R\$ 405.385,00 em financiamento para a cadeia. Em outras palavras, o acesso ao Pronaf pelos extrativistas da castanha é inexpressivo.

Existem várias razões para a falta de acesso ao Pronaf.

⁸ O detalhamento de cada linha de financiamento do Pronaf pode ser visualizado em: <<https://www3.bcb.gov.br/mcr>>. Acesso em 25 Nov. 2020.

⁹ Vale salientar que todas as linhas de financiamento do Pronaf têm a DAP como pré-requisito.

TABELA 3. EXECUÇÃO DO PRONAF NA AMAZÔNIA NA SAFRA DE 2019/2020, POR FINALIDADE DE FINANCIAMENTO

	Financiamento para custeio		Financiamento para investimentos		Total	
	Número de contratos	Valor em reais	Número de contratos	Valor em reais	Número de contratos	Valor em reais
Extrativistas	4	73.507,20	21	331.878,00	25	405.385,00
Cooperativas	-	-	1	8.000.000,00	1	8.000.000,00

Fonte: Sicor/Bacen

DO PONTO DE VISTA DOS EXTRATIVISTAS:

- Há pouca familiaridade e conhecimento sobre as condições estabelecidas para os financiamentos do Pronaf, fazendo com que os extrativistas não visualizem as oportunidades que podem ser geradas pelo uso dessa linha de financiamento.
- A Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) é o documento mais importante para acessar as políticas públicas, não apenas de crédito, mas também de aquisição de alimentos. A emissão desse documento e sua regularidade têm sido um desafio para os extrativistas, em função da insuficiência de entidades emissoras da DAP no meio rural, especialmente em locais isolados. Quando existentes, as entidades (sindicatos rurais, escritórios das agências de ATER, representações do INCRA, etc.) contam com poucos funcionários para atender à demanda e escassos recursos para realizar visitas às propriedades. Por fim, trata-se de um documento que requer atualização a cada três anos, tornando ainda mais oneroso o processo, que ainda carece de uso de tecnologias para simplificar suas etapas.
- Há um histórico de inadimplência das populações extrativistas com iniciativas de financiamento destinadas a este público (principalmente Prodex, Prorural, FNO Especial,

Procera), bem como insuficientes garantias a serem oferecidas aos agentes financeiros.

- Os problemas ligados à titulação fundiária também dificultam a contratação de operações de crédito.

DO PONTO DAS ORGANIZAÇÕES COMUNITÁRIAS:

- As cooperativas e associações rurais e florestais possuem fragilidades estruturais que incluem dificuldades na gestão administrativo-financeira. Tais dificuldades reduzem a capacidade de acessar financiamento, bem como de cumprir os compromissos e as dívidas contraídas. Isso diminui ainda mais as suas chances de desenvolvimento dessas entidades.
- Geralmente as estruturas de processamento ou beneficiamento da castanha estão construídas/instaladas em terrenos que não são incorporados ao patrimônio das organizações. Dessa forma, os bens não podem ser oferecidos como garantia do financiamento, conforme exigido pelos agentes financeiros, principalmente no caso de operações de investimentos.
- Os dirigentes das cooperativas com registros de inadimplência nos órgãos de controle constituem impeditivo para que a organização possa acessar os financiamentos rurais.

- As organizações geralmente dão pouca atenção ao levantamento de dados, cálculos, reflexões e análises sobre a sua situação financeira. O mesmo vale para a escolha das melhores opções para capital de giro e outros investimentos.
- As organizações também apresentam dificuldade para constituir garantias a partir dos contratos de venda da produção.
- Faltam orientações sobre como usar os recursos eventualmente disponíveis nas organizações para a constituição de garantias e a alavancagem de recursos com custo financeiro menor. Isso reduziria a dependência de fontes externas e estratégias de investimento híbrido.

DO PONTO DE VISTA DOS BANCOS:

- Os agentes financeiros avaliam que grande parte das cooperativas não valoriza boas práticas de gestão, não possui políticas e processos claros de relacionamento com os cooperados e compradores e tem pouco zelo quanto ao cumprimento dos contratos. Muitas vezes, estas não possuem os documentos exigidos no Manual de Crédito Rural.
- Há grande distanciamento entre os agentes financeiros e as lideranças comunitárias e técnicos das organizações de apoio às populações extrativistas.
- A prática de priorizar operações de investimento e a pouca familiaridade que os agentes financeiros possuem com atividades geradoras de renda a partir dos recursos naturais do bioma constituem impedimentos para operações financeiras com extrativistas.
- Há excessiva concentração de tarefas nas agências, em geral situadas muito longe dos locais de exploração de castanha. Ao mesmo tempo, existem poucas iniciativas de manutenção em campo de correspondentes bancários e de agentes comunitários capacitados para elaborar projetos e transmitir informações sobre a captação e o uso correto do crédito rural.
- Especialmente na Amazônia, falta uma estratégia de montagem e desenvolvimento conjunto de programas de informação e educação financeira capazes de interagir com a realidade local. Isso tem reflexos, por exemplo, na baixa difusão e conhecimento das “linhas verdes” do Pronaf, bem como no acesso e na manutenção de recursos financeiros pelos extrativistas.
- Como decorrência do item anterior, faltam orientações básicas para a obtenção dos documentos que devem ser apresentados pelos beneficiários, especialmente a DAP, para a formalização do cadastro junto aos agentes financeiros.

DO PONTO DE VISTA DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA:

- Há baixa presença da assistência técnica e extensão rural pública na Amazônia, o que dificulta a prestação de assessoria técnica na análise dos projetos de crédito. Da mesma forma, isso dificulta a prevenção de erros e falhas técnicas que possam comprometer a demanda de financiamento.
- Poucas cooperativas e associações contam, em suas equipes, com técnicos capazes de orientar corretamente o processo produtivo. Em geral, as ações são esporádicas e descontínuas. Embora saibam da necessidade, há dificuldade em incorporar a presença da assistência técnica dentro da estrutura de custos das organizações.
- Algumas organizações contam com apoios de instituições da sociedade civil, por meio de projetos, que conseguem assegurar ganhos na sua gestão produtiva. Mas quase sempre

estes apoios carecem de instrumentos de financiamento contínuo para atuação no longo prazo.

- Há baixa disponibilidade de “projetistas” preparados para operações de custeio e investimento em atividades geradoras de renda a partir dos produtos do bioma.

DO PONTO DE VISTA DA POLÍTICA PÚBLICA:

- Ainda não existe um sistema de financiamento para cadeias produtivas resilientes, bem como para a estruturação de modelos produtivos de baixo carbono, baseados em comunidades e no engajamento de múltiplos atores, da sociedade civil, do setor privado, da academia e dos governos entre outros.

É necessário abordar os desafios e gargalos que limitam o acesso ao crédito rural com medidas

específicas. Por outro lado, torna-se fundamental investir na resolução de questões estruturantes das cadeias para atuar a favor da ampliação do acesso aos recursos do Pronaf. Isso inclui o acompanhamento técnico, o planejamento das atividades, a atuação em comunidades e o apoio a organizações do terceiro setor, entre outros.

2.2 Financiamento pelas Políticas de Aquisição de Alimentos

Entre as políticas públicas federais de fomento aos produtos da sociobiodiversidade, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), conduzido pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), se apresenta como fonte de recursos para as organizações coletivas da cadeia da castanha.

A modalidade do PAA, conhecida como Apoio à Formação de Estoque, prevê a concessão de



As políticas públicas carecem de um sistema de financiamento para modelos produtivos de baixo carbono.

recursos para que as organizações produtivas possam realizar a compra da produção de seus cooperados/associados. Permite, assim, que o negócio comunitário forme um estoque de produtos para serem comercializados em momento favorável, funcionando como capital de giro. Os recursos são concedidos por um período de 12 meses, com taxa de juros de 3% ao ano. A modalidade, no entanto, tem operado com recursos muito limitados – uma média de 4,5 milhões de reais por ano nos últimos três anos.

2.3 Estratégias alternativas de financiamento

Como visto, são parcas as fontes de financiamento na cadeia da castanha. Mas algumas iniciativas iniciaram a busca de soluções por meio de alternativas de financiamento em sintonia com contextos e realidades locais. Sobretudo em alguns arranjos produtivos tem sido possível romper a ausência de capital de giro no início das safras. Dessa forma, assegura-se ao extrativista uma alternativa ao sistema de aviamento amplamente estabelecido nessa cadeia.

Referências importantes nesse campo foram desenvolvidas pela Rede Sentinelas da Floresta, um arranjo produtivo que envolve diversos atores na região Noroeste do Mato Grosso. Este arranjo inclui um fundo rotativo especialmente desenhado para ofertar capital de giro para um conjunto de organizações que participam da Rede. Entre essas organizações está a Cooperativa dos Agricultores do Vale do Amanhecer (Coopavam), organização econômica âncora, com capacidade de processamento da castanha em amêndoa, óleo e farinha. Há também cinco associações, representantes de grupos indígenas extrativistas¹⁰, que coletam 90% da castanha processada pela cooperativa, e uma organização de desenvolvimento

local – a Associação de Desenvolvimento Rural de Juruena (Aderjur), que apoia a governança da cadeia e gerencia o fundo rotativo.

Operando desde 2017, este fundo tem permitido uma relação mais estável entre a cooperativa e os fornecedores, abrindo possibilidades de aprofundar a cooperação entre as instituições, principalmente nos processos de educação financeira das populações envolvidas. As demandas por capital de giro e investimento, tanto nos elos de produção quanto de processamento, são certamente muito maiores do que esse veículo pode ofertar. Ele possui, no entanto, uma finalidade adicional: a de construir o aprendizado financeiro dos participantes, gerando mais autonomia e possibilidade de escolha de novos tipos de acesso a capital.

Assim como a Rede Sentinelas da Floresta, outros fundos comunitários para o financiamento da safra têm sido implementados como modelos de rede para organizações castanheiras. Este é o caso da Rede da Floresta, uma rede criada entre a organização Pacto das Águas e mais de 700 extrativistas de Rondônia, com apoio do Serviço Florestal Americano e da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID). Há também a Rede de Cantinas da Terra do Meio, no Pará, que compõe um arranjo de desenvolvimento territorial para a região do Xingu. Esta rede conta com inúmeros parceiros, entre os quais o ISA e o Selo Origens, administrado pelo Imaflora, que apoia a estratégia de comercialização de diversos produtos da região, tendo a castanha-do-brasil como principal produto.

De forma geral, essas experiências evidenciam aspectos cruciais para o desenvolvimento de estratégias de financiamento para a cadeia. Primeiro, a necessidade de ter, nos territórios, arranjos entre múltiplos atores, que ajudem a estabelecer e conduzir a expansão do

10. Associação de Mulheres Andorinhas do Canamã (Amaz), Marias da Terra (Amater), Ka-waiweté (Caiaby), Acaim (Apiaká), Passapkareej (Cinta Larga) e Instituto Munduruku.

Rede de Cantinas da Terra do Meio: espaço para comercialização e defesa do Xingu

Três mil pessoas estão diretamente envolvidas nesta iniciativa realizada no sudoeste do Pará para extração e comercialização de castanha, babaçu, borracha, óleo de coco e copaíba. Este é o universo da atuação da Rede de Cantinas da Terra do Meio, composta por 27 cantinas distribuídas em três reservas extrativistas, cinco terras indígenas e uma associação da agricultura familiar. Todas as cantinas estão ligadas a associações de moradores locais. Atualmente 13 associações compõem esta rede (algumas com mais de uma cantina), que é coordenada pela Associação dos Moradores da Resex Rio Iriri (Amoreri).

As cantinas são pontos de troca e comercialização, onde os extrativistas levam seus produtos e trocam por dinheiro ou produtos de necessidade básica, como facão, botina, escova de dentes e gêneros alimentícios não produzidos localmente. São também espaços para troca de informações e diálogo sobre estratégias de defesa do território e acesso a políticas públicas.

Nas cantinas, o capital de giro é utilizado para intermediar as trocas, garantindo que o produtor receba o recurso financeiro mediante a entrega da sua produção. São hoje mais de 20 cantinas capazes de gerenciar

o seu próprio capital de giro dentro das comunidades que representam.

Ainda que boa parte da produção seja negociada em contratos de longo prazo, metade do pagamento só é feito na entrega do produto. Dessa forma é fundamental um bom capital de giro para que não haja falha nos pagamentos aos extrativistas.

Além dessas de todas essas funções, esses espaços também têm tido um papel fundamental na disseminação de informações sobre como lidar com a pandemia de COVID-19 e no abastecimento de extrativistas para que evitem ir à cidade. As cantinas são administradas por extrativistas ou indígenas escolhidos pelas comunidades locais e contam com assessoria técnica de diversos parceiros atuantes no território.

Com a pandemia, a necessidade de capital de giro aumentou. Para ampliar a disponibilidade de recursos, a Rede buscou novas fontes, entre as quais o Fundo Socioambiental Conexsus, que vai contribuir com capital de giro e assessoria técnica para a gestão da rede, além de sua preparação para que possa acessar o crédito rural no futuro.

financiamento. Em segundo lugar, a experiência de gerir recursos, começando com pequenos volumes, é importante para gerar aprendizado prático de gestão financeira. As dificuldades que surgem mobilizam o grupo de envolvidos para resolver os problemas que inevitavelmente surgem. Esse processo de educação financeira é fundamental para a construção de autonomia,

criando as bases para a busca por outros mecanismos de financiamento, principalmente os formais, como o crédito rural. Isso é exemplificado pela Rede da Floresta, que está criando um protótipo de acesso de grupos indígenas ao Pronaf, especificamente a Linha B, com o apoio de várias instituições, dentre as quais a Conexsus, a Cresol e o Serviço Florestal Americano.



Estimativa da demanda por financiamento híbrido para a castanha-do-brasil

Os agentes na cadeia da castanha-do-brasil – associações produtivas e cooperativas, redes, instituições de apoio técnico, organizações ambientais, agentes financeiros e compradores – atuam de formas bastante distintas. Com base nas respectivas formas de interação destes agentes será, a seguir, realizada uma análise de suas demandas por recursos.

As estimativas partem do princípio de que é preciso olhar para o conjunto de recursos necessários para a cadeia, combinando distintos meios, como financiamento, filantropia e investimento de impacto. Estimar apenas o financiamento em si não seria suficiente, já que a ampliação do acesso a crédito deve estar associada a outras questões-chave para gerar bons resultados.

Por isso, além da demanda por financiamento, este estudo aprofundou-se em estimar os custos associados às ações consideradas prioritárias para o uso responsável do financiamento. Estas são: oferta de assistência técnica, assessoria financeira durante os financiamentos e oferta de garantias financeiras complementares. Agregando tais demandas é possível estimar as necessidades de financiamento híbrido para a estruturação e a dinamização dos negócios e de toda a cadeia da castanha-do-brasil.

Desta forma, a estimativa de demanda de recursos para a estruturação da cadeia de valor da castanha-do-brasil levou a um valor total de R\$ 56 milhões anuais, sendo grande parte dos recursos provenientes de financiamento (70%), seguidos por assistência técnica (22%) e garantias financeiras complementares (7%) (**FIGURA 10**).

3.1 Estimativa da demanda por financiamento

A base de dados utilizada para se chegar à estimativa da necessidade de recursos para a cadeia de valor da castanha-do-brasil foi o levantamento realizado pelo Desafio Conexsus.

FIGURA 10. DEMANDA AGREGADA POR RECURSOS NA CADEIA DA CASTANHA-DO-BRASIL (EM MILHARES DE REAIS)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Sicor/Bacen sobre o Pronaf

Este levantamento foi complementado com informações obtidas por meio de entrevistas com redes e organizações de apoio.

Foram também estabelecidas premissas que permitiram realizar estimativas futuras. A primeira delas refere-se ao universo considerado para as estimativas, que se restringe às 127 organizações produtivas, representando 15 mil extrativistas. Considerando que o universo estimado de população que se dedica ao extrativismo esteja em torno de 55 mil pessoas, o estudo reflete a demanda de cerca de 30% dos atores na base da cadeia.

A segunda premissa refere-se aos estudos do Pronaf Custeio. Tais estudos indicam que esse tipo de financiamento é normalmente acessado por 60% dos produtores aptos a receber os financiamentos. Ou seja, cerca de 40% dos extrativistas não querem os financiamentos, mesmo podendo acessá-los.

A terceira premissa refere-se especificamente à demanda por capital de giro das organizações econômicas, a qual considera que os recursos demandados girariam duas vezes em cada safra.

E, por último, adotou-se uma estimativa de sucesso na obtenção do financiamento, que varia de acordo com o tipo de organização da produção e a finalidade dos recursos (*ver Anexo 1*).

Origem dos dados para a caracterização da cadeia da castanha e metodologia utilizada para estimar a demanda por financiamento

No âmbito do Desafio Conexsus foi realizada uma busca ativa de negócios comunitários sustentáveis. Com a mobilização de muitos parceiros regionais e locais, conseguiu-se mapear mais de mil organizações em todo o Brasil. O mapeamento compilou informações fornecidas pelas próprias organizações sobre temas como localização, número e composição social dos associados/cooperados, faixas de faturamento, produtos comercializados, entre outros.

Após a seleção das respostas foram identificadas 106 organizações que, de alguma forma, atuam com a castanha-do-brasil. A partir de pesquisas e visitas a algumas redes de apoio e organizações coletivas, agregaram-se mais 21 organizações atuantes nesta cadeia que ainda não estavam cadastradas no Desafio Conexsus, totalizando 127 organizações.

Dados adicionais, específicos para a cadeia da castanha-do-brasil – relativos a custos e volumes de produção e a preços praticados no ano-base de 2018 – foram fornecidos por instituições socioambientais de apoio a redes de cooperativas e associações. Agregando as informações do ISA, do Imaflora e do Pacto das Águas, tornou-se possível complementar as informações disponíveis no mapa do Desafio Conexsus.

Na sequência foram realizadas visitas a duas redes de cooperativas e associações que contam com a assistência técnica de organizações de apoio: Rede de Cantinas da Terra do Meio, coordenada pelo ISA, e Rede Sentinelas da Floresta, além de duas organizações coletivas responsáveis pela comercialização de parcela significativa da produção de castanha-do-brasil. A tabela a seguir sintetiza a procedência das organizações mapeadas.

TABELA 4. ORGANIZAÇÕES COLETIVAS QUE ATUAM COM A CASTANHA-DO-BRASIL, COM FOCO NA PARTICIPAÇÃO EM REDES DE APOIO

	Nº de Associações	Nº de Cooperativas	Total Geral
Cadastradas no Desafio conexsus	81	25	106
Rede Origens do Brasil (apoio Imaflora/ISA)	8	-	8
Rede Sentinelas da Floresta	9	1	10
Rede da Floresta	5	-	5
Recabam	1	4	5
Sem rede	58	20	78
Levantamento adicional	17	4	21
Projeto Bem Diverso	9	4	13
Rede Origens do Brasil	8	-	8
Total	98	29	127

Fonte: Levantamentos próprios.

Para compor a demanda, foram feitos cálculos detalhados, considerando-se as diferentes finalidades do crédito. Na cadeia da castanha, a demanda dos extrativistas é, em geral, associada ao custeio da safra, que constitui atualmente a principal dificuldade para grande parte das organizações produtivas.

Partindo da oferta organizada, que é representada pelos volumes de produção provenientes das organizações econômicas comunitárias (informados como volume comercializado na safra 2018), foram calculados custos de produção para cada perfil, incluindo as despesas com insumos, mão-de-obra, transporte e serviços (*o Anexo 2 detalha os critérios utilizados*).

Os dados aqui apresentados mostram a importância de outras finalidades na composição da demanda por financiamento: capital de giro das organizações, custeio do ciclo produtivo, capital para comercialização e, sobretudo, demanda por investimentos que apoiam o desenvolvimento das organizações no longo prazo, em geral por meio da melhoria das atividades de maior valor agregado, como beneficiamento ou processamento.

Dessa forma, o financiamento refere-se às seguintes finalidades:

- **Capital de giro:** Recurso necessário para cooperativas e associações pagarem à vista aos extrativistas pela castanha *in natura* adquirida.
- **Custeio:** Modalidade necessária para cobrir os custos de um ciclo produtivo, o equivalente aos custos de produção.
- **Investimento:** Despesas com aquisições e instalações de bens que perduram por mais de um ciclo produtivo.
- **Comercialização:** Inclui os custos de beneficiamento dos produtos *in natura*.

A **TABELA 5** agrega os valores por finalidade de crédito do Pronaf.

As estimativas foram sistematizadas considerando-se a diversidade das organizações de produção que compõem a base da cadeia (*descritas no Capítulo 1*). Referem-se, portanto, a extrativistas, cantinas, miniusinas, associações e cooperativas. A **TABELA 6** mostra que a demanda por financiamento na cadeia chega a cerca de R\$ 39 milhões por ano, sendo predominante a demanda por capital originada nas cooperativas.

TABELA 5. DEMANDA POR RECURSOS DE CRÉDITO DA CADEIA DE VALOR DA CASTANHA-DO-BRASIL

Finalidade do recurso	Valor R\$ 1,00	Percentual (%)
Custeio/Comercialização	13.701.388,45	35%
Investimento	9.014.140,40	23%
Capital de Giro	16.620.919,70	42%
Total	39.336.448,55	100%

Fonte: Levantamentos próprios.

TABELA 6. ESTIMATIVA DA DEMANDA POR FINANCIAMENTO POR ELOS DA CADEIA

Finalidade do recurso	Valor R\$ 1,00	Percentual (%)
Extrativistas	2.174.958,85	6%
Cantinas	316.556,22	1%
Miniusinas	867.857,50	2%
Associações	6.578.559,51	17%
Cooperativas	29.398.516,48	75%
Total	39.336.448,55	100%

Fonte: Levantamentos próprios.

3.2 Estimativa da demanda por assistência técnica e financeira

Ao longo da história recente, a assistência técnica tem demonstrado sua relevância para o sucesso das atividades agropecuárias nas mais diversas regiões do país. Isso ocorre não apenas para a manutenção das atividades já existentes, mas também na introdução de novas oportunidades e tecnologias mais produtivas e rentáveis. Para a região amazônica, no entanto, dadas as suas peculiaridades, este segmento mostra-se imprescindível para o desenvolvimento das cadeias de valor existentes, levando em conta a geração de renda para a população e a sustentabilidade que a conservação do bioma exige.

Para que essa atividade técnica seja bem-sucedida, porém, é necessário que o acesso às fontes de recursos financeiros seja apropriado por esses profissionais. Dessa forma, eles poderão assessorar e viabilizar aos produtores locais a obtenção

dos recursos necessários para o custeio e/ou investimentos de suas atividades através das fontes menos onerosas possíveis.

Para estimar a demanda desses serviços foi considerada a assistência técnica que atualmente vem sendo mantida para cooperativas e associações, bem como pelas instituições de apoio. Somam-se a este cálculo os recursos necessários para agregar assessoria financeira. Em função da carência de informações sobre tais custos, este estudo considerou cálculos elaborados e recomendados pela Conexsus com base em valores médios dos pisos salariais de agrônomos, praticados nos estados da Amazônia Legal.

A **TABELA 7** mostra a demanda por recursos para assistência técnica e assessoramento financeiro. Estima-se que este custo chegue a cerca de R\$ 13 milhões por ano, sendo predominante a demanda por investimentos na assistência técnica.

Atribuições da assessoria técnica às organizações

Assistência técnica: Serviços prestados por profissionais, nas mais diversas áreas de atuação, necessários ao desenvolvimento sustentável da cadeia de valor da castanha-do-brasil. Isso corresponde aos recursos necessários para assessorias relacionadas a boas práticas produtivas e de gestão, o que também inclui a relação com os mercados.

Assistência ao crédito: Serviço de orientação financeira aos tomadores de crédito de forma periódica, com o objetivo de prover conhecimentos e informações sobre comportamentos básicos que contribuem para melhorar a qualidade das decisões financeiras dos indivíduos.

TABELA 7. ESTIMATIVA DA DEMANDA POR RECURSOS PARA A ATER E ASSESSORIA FINANCEIRA

Finalidade do recurso	Valor R\$ 1,00	Percentual (%)
Assistência Técnica	10.936.288,00	86%
Assessoria Financeira	1.800.000,00	14%
Total	12.736.288,00	100%

Fonte: Levantamentos próprios.

3.3 Estimativa da demanda por garantias complementares

Um dos principais gargalos identificados para o acesso ao crédito rural é a ausência de garantias reais dos principais elos da cadeia de valor da castanha-do-brasil, notadamente para os financiamentos de investimentos. Por serem de mais longo prazo, os financiamentos fazem com

que os agentes financeiros exijam garantias reais dos tomadores de crédito rural do Pronaf. Via de regra tanto os produtores associados como as próprias associações e cooperativas dificilmente conseguem atender a todas as exigências dos financiadores, necessitando, assim, de garantia complementar.

A demanda de recursos para garantia complementar em geral é proporcional ao volume de financiamentos rurais liberados pelos agentes financeiros. Para se chegar ao valor necessário dessa demanda, adotou-se como garantia complementar o percentual de 10% de todo o valor financiado para todas as finalidades do Pronaf junto aos agentes financeiros para a cadeia de valor da castanha-do-brasil. Essa estimativa chegou a cerca de R\$ 4 milhões por safra, com a maior demanda (70%) voltada a agregar garantias para os financiamentos das cooperativas.

Por meio de negociações intermediadas entre organizações econômicas e agentes financeiros, observa-se que esse tipo de mecanismo ajuda a reduzir a percepção de risco pelos agentes financeiros, além de mostrar maior compromisso do requeinte em saldar a dívida contraída. A oferta de garantias financeiras também ajuda a melhorar o histórico bancário da organização com o banco, um dos alicerces para ampliar o conhecimento e o relacionamento entre ambos.



Recursos oriundos de parceiros e da filantropia de risco auxiliam a valorizar a cadeia da castanha.

Por fim, trata-se de um mecanismo que pode contar com várias formas de capitalização. Os fundos rotativos poderiam, por exemplo, ofertar seu capital em garantia, podendo ampliar em até dez vezes o capital a ser disponibilizado na organização. Os parceiros e investimentos oriundos da filantropia de risco também podem ofertar essa garantia, mostrando que há uma rede de agentes compromissados, que dividem o risco para garantir o sucesso da operação.

TABELA 8. ESTIMATIVA DA DEMANDA PARA GARANTIAS COMPLEMENTARES DOS CRITÉRIOS DO PRONAF

Elo da Cadeia	Valor a financiar R\$ 1,00	Valor da garantia complementar 10%	Percentual (%)
Extrativistas	2.174.958,85	217.495,89	6%
Cantinas	316.556,22	31.655,62	1%
Miniusinas	867.857,50	86.785,75	2%
Associações	6.578.559,51	657.855,95	17%
Cooperativas	29.398.516,48	2.939.851,65	75%
Total	39.336.448,55	3.933.644,86	100%

Fonte: Levantamentos próprios.

3.4 Fontes para atender à demanda global de recursos

Uma vez realizados os cálculos da demanda, foram elencadas as possíveis fontes de recursos para fazer frente a essas necessidades. Identificou-se que cerca de 70% do recurso demandado pelas organizações produtivas poderia ser acessado por meio do crédito rural do Pronaf. As estimativas apontam que a maior parcela dos recursos teria como destino o custeio e o capital de giro necessário para garantir a possibilidade de compra por preços mais justos, com reflexos em melhor remuneração dos extrativistas. O restante dos recursos, sobretudo no que se refere à assistência técnica, ainda teria que vir de ações de fomento, como as políticas públicas de ATER, por meio de doações ou, ainda, da prestação de serviços.

Por fim, a oportunidade de destravar parte do problema de financiamento poderia ser viabilizado

mediante a oferta de garantias financeiras complementares. O capital para isso poderia estrategicamente vir de investidores de impacto ou de filantropia de risco, orientada a alavancar seus recursos por meio da inserção na política, conforme resumo apresentado na **TABELA 9**.

A evolução gradual do financiamento em direção ao valor total estimado será consequência do êxito das transformações a serem alcançadas nos primeiros anos. Entre as transformações almejadas estão variações na produtividade e nos preços praticados nas safras dos primeiros anos de acesso aos recursos; a constituição de novas redes de cooperativas e a ampliação das existentes; o aumento efetivo de beneficiamento da castanha *in natura* pelas cooperativas; os investimentos em melhorias no controle sanitário e o aumento da produção de castanha sem casca para inserção no mercado internacional, entre outros.

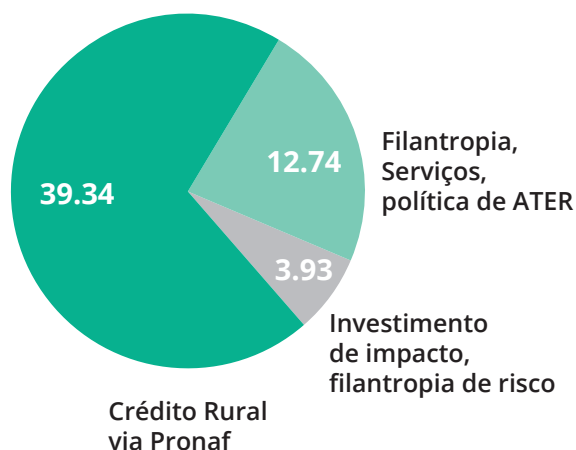


Espera-se que o acesso a financiamentos melhore a produtividade e os preços no mercado.

TABELA 9. DEMANDA DE RECURSOS DA CADEIA DE VALOR DA CASTANHA-DO-BRASIL – POR PROVÁVEIS FONTES DE RECURSOS

Elo da Cadeia	Finalidade do Recurso	Valor R\$ MM (integral)*	Valor estimado em R\$ MM	Fontes Prováveis
Extrativistas	Custeio	20,39	1,22	Crédito Rural via Pronaf
	Investimentos	4,83	0,95	Crédito Rural via Pronaf
Cantinas	Capital de Giro	0,63	0,32	Crédito Rural via Pronaf
Miniusinas	Custeio Agroindústria Familiar	0,55	0,06	Crédito Rural via Pronaf
	Investimentos Agroindústria Familiar	1,63	0,81	Crédito Rural via Pronaf
Associações	Capital de Giro	21,93	6,58	Crédito Rural via Pronaf
	Assistência Técnica	8,13	4,92	Filantropia, Serviços, política de ATER
Cooperativas	Custeio/Comercialização	124,23	12,42	Crédito Rural via Pronaf
	Investimentos	14,50	7,25	Crédito Rural via Pronaf
	Capital de Giro	32,42	9,73	Crédito Rural via Pronaf
	Assistência Técnica	2,41	1,46	Filantropia, Serviços, política de ATER
Instituições de Apoio	Assistência Técnica	12,88	4,56	Filantropia, Serviços, política de ATER
	Assessoria Financeira	1,80	1,80	Filantropia, Serviços, política de ATER
Veículo de Garantia	Garantia Complementar do Crédito	22,11	3,93	Investimento de impacto, filantropia de risco
Total		268,43	56,01	

FIGURA 11. ESTIMATIVA DA COMPOSIÇÃO DE FONTES DE FINANCIAMENTO NECESSÁRIAS PARA DINAMIZAR A CADEIA DA CASTANHA



Fonte: Levantamentos próprios.



Desenvolvendo um ambiente propício à expansão do financiamento na cadeia da castanha

Os capítulos anteriores buscaram evidenciar o tamanho da lacuna de financiamento entre os atuais meios disponíveis e as necessidades dos extrativistas e negócios comunitários. Para dar conta deste desafio, vale debruçar-se sobre as barreiras que impedem o acesso ao financiamento. Tais barreiras dizem respeito aos mecanismos de financiamento em si, mas também ao conjunto de outras ações estruturantes que precisam ser implementadas para que a ampliação do financiamento de fato conduza a ganhos reais na geração de renda e no bem-estar das populações que vivem da castanha. Por isso, esse capítulo se dedica a apontar oportunidades para a criação de um ambiente **ADEQUADO PARA A EXPANSÃO DO FINANCIAMENTO NA CADEIA**.

As estratégias abordadas são fruto de inúmeros diálogos com organizações produtivas, organizações de apoio, centros de pesquisa e agentes de governo responsáveis pelas políticas públicas. Esses atores vêm operando soluções para elementos estruturantes do ambiente de negócio. O aprendizado sobre o sucesso e os formatos de conexão e cooperação para a escala das soluções é fundamental para que esse novo ciclo de desenvolvimento possa se concretizar de forma sustentável.

Mesmo sem exaurir todos os aspectos do ambiente de negócios na cadeia de valor da castanha, vale salientar quatro dimensões: (1) financiamento via crédito rural, (2) instrumentos alternativos para financiamento; (3) oferta de assistência técnica qualificada, e (4) desenvolvimento das organizações econômicas.

4.1 Estratégias para destravar o crédito rural

Os baixíssimos índices de acesso ao Pronaf, combinados com características específicas da cadeia, como a localização em áreas remotas, a cultura ainda forte do sistema de aviação, a distância dos agentes financeiros, e a referência

a experiências malsucedidas com o crédito rural criaram barreiras e desafios que se cristalizaram ao longo do tempo.

Por outro lado, os números evidenciam que dificilmente haverá mudanças estruturais na cadeia sem a inclusão financeira e a construção de autonomia, para que tanto os extrativistas quanto os negócios comunitários tenham oportunidade de escolher suas opções de financiamento. Por isso, as propostas combinam estratégias cujo ponto de entrada, em um primeiro momento, está no nível individual, interagindo com os extrativistas como titulares do crédito rural. Dessa forma, as rotinas e os aprendizados gerados no manuseio do crédito poderão, na sequência, ser ampliados e gerenciados de forma mais robusta no nível das organizações comunitárias.

Praticando sistemas financeiros de proximidade

O primeiro passo para isso é aproximar o sistema financeiro da realidade dos extrativistas da cadeia da castanha. O termo “finanças de proximidade” baseia-se em dois elementos centrais: (1) o desenvolvimento de capacidades de acesso ao crédito localmente, interiorizando os agentes financeiros e, com isso, permitindo a aproximação entre quem opera o crédito rural e quem deseja acessá-lo; (2) processos de educação financeira que ajudem os extrativistas a desenvolverem um planejamento financeiro que transcenda o crédito e inclua aspectos de poupança, investimento e sustentabilidade.

Do lado dos agentes financeiros, muitos funcionários de agências bancárias, técnicos e até mesmo lideranças das instituições desconhecem o funcionamento da cadeia da castanha. Por operar com baixos volumes frente a outros tipos de negócio, os extrativistas acabam não recebendo a prioridade dos gerentes locais, que cuidam das carteiras dos bancos.

O sistema de crédito permite a criação de estratégias de interiorização geográfica dos bancos

e aproximação com seus públicos-alvo. Os modelos de agentes de crédito, microcrédito produtivo orientado e correspondentes bancários são alguns dos exemplos que podem ser implantados em áreas remotas. Na Amazônia, tais opções ainda são pouco presentes, especialmente no contexto da cadeia da castanha.

As finanças de proximidade constituem um dos alicerces para a construção de autonomia financeira. Não apenas conhecer, mas ter domínio sobre o todo o processo de crédito ajuda os grupos de produtores a tomarem decisão sobre as melhores formas de conduzir suas finanças, incluindo a decisão sobre utilizar financiamento, poupar e investir.

As experiências de fundos rotativos são bons exemplos de sistemas financeiros de proximidade, operando fora crédito rural. Ao disponibilizar recursos (geralmente de origem filantrópica) para antecipar a compra da produção entre grupos de produtores, estes fundos fortalecem o poder de decisão e a governança local da cadeia. Para um aumento paulatino da autonomia dos extrativistas, no entanto, é importante criar mecanismos que possibilitem a conexão entre essas estruturas e o crédito rural.

Seria possível, por exemplo, capitalizar os fundos rotativos por meio de recursos dos produtores

que acessam o Pronaf B e recebem bonificação. Uma opção seria “doar” parte da bonificação ao instrumento rotativo para ampliar o seu alcance. Além disso, os recursos do fundo rotativo poderiam também constituir um tipo de “aval solidário” para as operações do Pronaf. Essa experiência já foi testada em outras cadeias, como no manejo madeireiro, e poderia ser replicada entre os fundos da cadeia da castanha-do-brasil.

Outra opção, que está sendo desenvolvida pela Conexsus, principalmente junto aos agentes financeiros, é a implantação de uma rede de ativadores de crédito socioambiental (ver box p.47).

Ampliação da concessão de Pronaf, com ênfase no Grupo B

A concessão de financiamentos do Grupo B do Pronaf, de caráter individual, é parte da educação financeira dos extrativistas e adotada como boas práticas em grande parte do Brasil. Trata-se de valores de financiamento de até R\$ 5 mil reais, com juros subsidiados que chegam a 0,75% ao ano. Além disso, há uma bonificação de 25%, ou seja, os extrativistas têm que quitar apenas $\frac{3}{4}$ do valor total do financiamento, acrescidos dos juros. A figura a seguir ilustra o cálculo de um financiamento padrão no Pronaf Grupo B, no qual se verifica o subsídio oferecido por essa linha.

FIGURA 12. FUNCIONAMENTO DO LINHA PRONAF GRUPO B – EXEMPLOS DOS VALORES APLICÁVEIS SAFRA 2020/21

Extrativista ganha R\$ 1.225 fazendo o crédito do Pronaf B

CONDIÇÕES F
 FINANCIAMENTO = R\$ 5 MIL
 TAXA DE JUROS = 0,5% AO ANO
 BÔNUS = 25%
 PERÍODO = 12 MESES



ILUSTRAÇÕES: © GAN KHOON LAY, VERRY, RHYS DE DEZSERY AND VECTORS MARKET FROM THE NOUN PROJECT

FINANCIAMENTO = R\$ 5 MIL
 JUROS = R\$ 25
 BÔNUS = R\$ 1.250

Rede de ativadores de crédito educativo socioambiental

Desenhado em colaboração entre Conexsus e Banco da Amazônia (BASA), o modelo de ativação de crédito educativo socioambiental baseia-se na constituição de uma rede de agentes locais, economicamente viável, e operacionalizada por meio de parcerias com agentes financeiros. Esta proposta surgiu em 2019 em resposta aos desafios identificados durante a implementação dos protótipos de crédito para os negócios comunitários.

A rede é formada por técnicos locais, que atuam fora do sistema público, e estão próximos às associações, cooperativas e empreendimentos produtivos. Conhecedores das boas práticas produtivas da cadeia, integram a rede de ativadores para adquirirem conhecimento teórico-prático sobre crédito rural, educação financeira e de adultos, oferecendo assessoria contínua nestes temas aos extrativistas, pescadores e agricultores familiares.

A equipe da Conexsus pretende oferecer mentoria e supervisão nesses processos de

crédito, além do acompanhamento do trabalho de assistência técnica. A remuneração dos técnicos baseia-se no desempenho de cada um, assegurando-se uma avaliação por resultados. Para tanto, a Conexsus credenciou-se junto ao BASA como Agente de Crédito, com a finalidade de operacionalizar todas as linhas de crédito do Pronaf. As operações de crédito apresentadas pela Conexsus terão uma remuneração específica na formalização dos contratos e uma bonificação sobre a adimplência das operações. Com isso, busca-se contribuir para superar a dificuldade de financiamento de assistência técnica produtiva.

A seleção e a capacitação dos primeiros 30 ativadores foi iniciada no segundo semestre de 2020, com início das atividades previsto para a safra de 2021/22. Atualmente, está prevista a atuação de 70 ativadores de crédito na Amazônia, sendo a castanha-do-brasil uma das cadeias prioritárias a ser beneficiada.

No contexto da recuperação pós-pandemia de COVID-19, essa proposta é ainda mais significativa. Afinal, objetiva criar oportunidades para que extrativistas, pescadores e agricultores familiares da Amazônia consigam retomar suas atividades produtivas geradoras de renda e continuar os trabalhos de uso sustentável dos recursos naturais.

Do ponto de vista de aumento da competitividade, o custeio de atividades florestais é fundamental para melhorar a rentabilidade do pequeno produtor. Ao financiar os custos de produção, este recurso contribui para que os extrativistas ampliem sua lucratividade, sobretudo na redução do custo de capital.

Atualmente, a maioria dos extrativistas depende dos atravessadores para financiar informalmente sua atividade. Os atravessadores, em geral, estipulam o valor a ser pago pela produção, acumulando alta margem de lucro. Assim, os intermediários enfraquecem as associações e cooperativas dos extrativistas. Viabilizar acesso ao crédito rural, no primeiro momento, contribui para impactar positivamente nos resultados econômicos individuais dos extrativistas. Com o seu fortalecimento e a sua familiarização com o manuseio do crédito responsável, em médio prazo, essas melhorias também favorecem o aprimoramento da gestão financeira das organizações comunitárias.

Fundo Socioambiental Conexsus

Ao longo de 2019, a Conexsus realizou protótipos para testar o potencial de um veículo de financiamento híbrido que oferecesse instrumentos de aval e/ou garantia complementar e recuperação de crédito para empreendimentos de base comunitária, de modo a viabilizar o acesso ao Pronaf. Ao todo foram 17 protótipos que alavancaram cerca de R\$ 4,6 milhões (alavancagem de 1:5) de outros financiamentos, sobretudo do Pronaf, para extrativistas e agricultores familiares.

A alavancagem do crédito rural já vinha ocorrendo em cadeias extrativistas como a do açaí, que, na safra 2017/2018, totalizou 789 contratos do Pronaf, com a liberação de R\$ 18,4 milhões. Essas experiências mostram o potencial desse mecanismo também para a castanha-do-brasil e para outras cadeias da agricultura familiar e da sociobiodiversidade.

Com base nos resultados e aprendizados decorrentes dos protótipos, a Conexsus criou o Fundo Socioambiental Conexsus (FSCX). Este veículo de investimento tem como público preferencial os negócios comunitários e opera produtos financeiros, como crédito direto, aval/garantias complementares e recuperação de crédito, além de oferecer serviços de assessoria financeira.

Em 2020, o Fundo Socioambiental Conexsus evoluiu da fase piloto para uma operação inicial com carteira de mais de 100 negócios comunitários, formada pela Linha Emergencial no âmbito do Plano de Resposta à COVID-19¹¹.

Com isso, torna-se possível consolidar um modelo operacional capaz de gerar um histórico de crédito, risco e adimplência dos negócios comunitários. Vale salientar que os recursos concedidos pelo Fundo estão atrelados a ações educativas oferecidas às organizações que o acessam, além de haver estímulo à inovação, planejamento financeiro e investimento.

De um lado, a oferta de aval/garantias complementares e o pagamento de dívidas junto a instituições financeiras quebram as barreiras creditícias vigentes no crédito rural. De forma complementar, as ações educativas levam a um ciclo virtuoso de melhorias na gestão administrativo-financeira dos negócios comunitários e à consequente adimplência. As organizações ganham autonomia e mantêm o acesso às linhas de crédito e investimento oferecidas pelas instituições financeiras que operam o Pronaf.

Ainda que não seja seu público prioritário, o Fundo opera também empréstimos diretos e conversíveis em participações para pequenas e médias empresas intermediárias na cadeia e que sejam comprometidas com o desenvolvimento de cadeias produtivas sustentáveis. Esses empréstimos têm como objetivo contribuir para a construção de conexões mais justas entre os diversos elos das cadeias da sociobiodiversidade e da agricultura sustentável.

11. Mais detalhes estão disponíveis em: <https://www.conexsus.org/fundo-socioambiental-conexsus-abre-linha-de-credito-emergencial/>. Acesso em 25 Nov. 2020.

Instrumentos de garantia complementar

Existem inúmeras oportunidades de combinar estruturas de financiamento híbrido para destravar gargalos da operação do crédito rural junto aos pequenos produtores. Um dos elementos-chave é estimular mecanismos públicos ou privados que ajudem a superar o gargalo das garantias reais, enfrentado por produtores, sobretudo aqueles localizados em áreas de assentamento e uso público. Nesses casos, a complexidade das questões fundiárias restringe a oferta de garantias e limita as oportunidades de desenvolvimento da atividade produtiva via crédito.

Por meio do seu Fundo Socioambiental, a Conexsus vem testando tanto a oferta de crédito direto quanto as possibilidades de operacionalizar mecanismos de garantia associados ao crédito rural (*ver box p.48*).

4.2 Aspectos regulatórios do crédito rural

Há grande espaço para que a melhoria de aspectos regulatórios do crédito rural contribua para ampliar o acesso ao Pronaf. Muitas vezes são ações pontuais, mas que rompem importantes barreiras. Um exemplo prático ocorreu durante os pilotos de elaboração de projetos de crédito, realizados pelo Laboratório de Soluções Financeiras. Durante esse processo identificou-se um tratamento desigual dado aos extrativistas no Manual de Crédito Rural, documento que oferece as diretrizes para implantação da política de crédito rural. A colaboração de diferentes agentes financeiros permitiu corrigir essa distorção, dando aos extrativistas o mesmo tratamento, em termos de empréstimos com juros mais baixos, dispensado aos agricultores familiares que utilizam sistemas de produção orgânicos ou agroecológicos.

Sem fazer uma análise extensa das oportunidades de melhoria dos aspectos regulatórios para expansão do Pronaf, foram mapeados como pontos-chave

desse processo a ampliação do prazo de validade das DAP para cinco anos e a ampliação do uso do Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF) nas operações do Pronaf.

Ampliação o prazo de validade das DAP para cinco anos

A obtenção da DAP, requisito básico para o acesso ao Pronaf, é muito demorada e onera tanto os extrativistas, pescadores e agricultores familiares quanto os emissores do documento na Amazônia. Além de imprescindível para o acesso ao Pronaf, a DAP credencia os produtores a participar de outras políticas públicas, como PAA e PNAE. No entanto, a manutenção da regularidade deste documento demanda renovação a cada três anos. Esse fato é agravado pelas dificuldades orçamentárias e operacionais que enfrentam os serviços públicos de assistência técnica e extensão rural da região, limitando a emissão de DAP.

Por fim, as dificuldades com as DAP individuais impactam na regularidade das DAP jurídicas das organizações econômicas. Com isso, torna-se ainda mais difícil manter a competitividade da comercialização dos produtos extrativistas no âmbito das políticas do PAA e PNAE, assim como reduzir seu custo de capital com o acesso regular ao Pronaf.

A ampliação da vigência desse instrumento, de três para cinco anos, constitui iniciativa fundamental para reduzir os entraves burocráticos e o custo inicial de acesso ao crédito. Isso impactará positivamente milhares de pequenos produtores que vivem em áreas remotas e de difícil acesso. Opções de melhorias adicionais a serem exploradas são a digitalização e o uso de ferramentas tecnológicas para permitir uma atualização mais rápida.

Ampliação do uso do PGPAF nas operações do Pronaf

O PGPAF assegura um bônus de desconto a extrativistas, pescadores e agricultores familiares

que têm parcelas de operações de custeio e/ou investimento do Pronaf a serem pagas, sempre que o preço de comercialização do produto financiado estiver abaixo do preço de garantia vigente.

Sugere-se que o Pronaf estabeleça preços de referência suficientes para o pagamento dos custos de produção com acréscimo de 25%. Com esta medida de baixo custo e grande alcance será possível ampliar significativamente o número de unidades familiares de produção com financiamento das atividades produtivas sustentáveis e garantia de preço.

Sua implantação deve ser acompanhada de ações que assegurem que todos os bancos públicos e cooperativas de crédito que operam com o Pronaf estejam preparados para a concessão do bônus do Programa, o que ainda não ocorre atualmente.

4.3 Padrão diferenciado de assistência técnica aos extrativistas e aos negócios comunitários

A ampliação dos recursos humanos e financeiros para a assistência técnica e extensão rural na Amazônia pode facilitar o acesso ao crédito rural pelos produtores. Além disso, contribui para que a utilização dos recursos se torne mais eficiente, eficaz e tenha efetividade em termos de melhoria da produtividade na propriedade, da renda do produtor e da quitação dos financiamentos.

Para isso, é necessário ampliar e capacitar os quadros técnicos de ATER tanto nos órgãos públicos federais e estaduais quanto nas empresas privadas, nas organizações de apoio e nas próprias organizações comunitárias. Uma das etapas é a atualização curricular para formação diferenciada de novos técnicos da extensão rural, com foco em bioeconomia da Amazônia. Outro componente é o desenvolvimento de parcerias com entidades prestadoras de serviços de ATER, estimulando a formação de agentes nos negócios comunitários

(associações produtivas, cooperativas e outros arranjos coletivos).

Mesmo no âmbito da economia individual ou doméstica, os extrativistas, pescadores e agricultores familiares têm pouca informação e apoio quanto à gestão de recursos financeiros. Isso se revela na compra de bens a prazo, o que muitas vezes leva à contratação de dívidas excessivas. A inadimplência e, em consequência, o número de pessoas inabilitadas ao crédito rural é muito grande na Amazônia. Há carência de educação financeira adequada para a realidade da região. Isso traz consequências inclusive para a gestão das organizações comunitárias.

Os gargalos identificados no acesso ao crédito, como as dificuldades com a gestão financeira e o alto nível de inadimplência das organizações produtivas coletivas geram desconfiança das instituições financeiras em relação aos negócios comunitários. Tal fato aponta para a necessidade de priorizar a educação financeira das lideranças e dos cooperados de forma combinada à concessão de recursos ponte para o acesso ao crédito rural. As organizações precisam ser apoiadas na obtenção de documentação e na melhoria de sua gestão financeira e contábil para que aprimorem a gestão do crédito obtido e sigam habilitadas para novos ciclos de financiamento.

A fragilidade das organizações extrapola, no entanto, os aspectos financeiros, abrangendo também elementos de governança. São necessárias ações de formação dos cooperados, diretores e técnicos em gestão social de cooperativas com o objetivo de fortalecer o senso de pertencimento e de identidade. Tais medidas contribuirão para a fidelização à cooperativa ou associação, além de tornarem realidade na região os princípios de educação, formação e informação em cooperativismo.

Assim, um conjunto de melhorias na gestão e na governança tem efeitos multiplicadores no acesso às políticas públicas, tanto do crédito rural quanto do PAA, especialmente na modalidade Formação



Semear Castanha: construindo capacidades nos territórios

A Semear Castanha é uma rede de assessores que contribuem diretamente com castanheiros, associações, cooperativas e empreendimentos comunitários ligados à cadeia de valor da castanha nos estados de Rondônia e Amazonas. Com um olhar para a construção de capacidades nos territórios, esta rede tem como foco a assistência técnica aos extrativistas e negócios comunitários em temas como melhoria dos processos produtivos, organização social e gestão dos negócios da castanha.

Este grupo técnico conecta saberes, informações e soluções para a cadeia, principalmente em aspectos como formação de preços, organização social, interação com mercados, acesso a políticas públicas, parcerias com compradores, disseminação de boas práticas.

A Semear Castanha é uma realização do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), da USAID e do Serviço

Florestal Americano, no âmbito do projeto “Parceria para Conservação da Biodiversidade na Amazônia”, em parceria com o IEB, Pacto das Águas e Operação Amazônia Nativa (OPAN).

Em 2019, a Semear Castanha lançou um conjunto de tecnologias sociais adaptadas e criadas sob medida pelos atores-assessores do coletivo. Entre os produtos estão o aplicativo para celulares “Castanhadora”, o “Guia do Formador Castanheiro”, além de um caderno de campo para uso durante as safras. As publicações estão disponíveis nos *links* abaixo:

Guia do Formador Castanheiro: <<https://iieb.org.br/wp-content/uploads/2019/08/Guia-do-formador-castanheiro-DIGITAL.pdf>>. Acesso em 25 Nov. 2020.

Boas Práticas na Prática:
<<https://www.youtube.com/watch?v=UpMkfEI0jXA&feature=youtu.be>>. Acesso em 25 Nov. 2020.

de Estoques. Com a incidência da pandemia, o PAA Formação de Estoques teve seus recursos ampliados e poderá exercer um papel bastante significativo como capital de giro para as organizações econômicas.

Estabelecer novas e melhores condições para que as associações e cooperativas possam repassar os recursos de crédito a seus integrantes irá reduzir o custo indireto das operações de crédito de custeio, ampliar o número de beneficiários das linhas de crédito de custeio e investimento, reduzir a inadimplência e fortalecer as organizações de extrativistas, pescadores e agricultores familiares da região Amazônica.

Outro caminho para a redução das fragilidades, apontado pela análise da demanda por financiamento, é a constituição e o fortalecimento de redes de cooperativas e estratégias coletivas de

apoio. Isso aumenta o seu poder de negociação, gerando oportunidades de agregação de valor, além de favorecer o compartilhamento de assistência técnica, acesso conjunto a mercados, e outras sinergias com potencial para geração e captura de oportunidades.

Finalmente, à medida que os desafios básicos do acesso a recursos são enfrentados, a dinamização da cadeia requer o sucessivo aumento da agregação de valor. Neste sentido, a cadeia da castanha-do-brasil oferece várias oportunidades em produtos derivados, que possuem grande potencial de mercado por seu elevado apelo nutricional e contribuição socioambiental. Uma estratégia de valorização da castanha-do-brasil que inclua o desenvolvimento de produtos de alto valor agregado contribuiria, ao mesmo tempo que se beneficiaria, do financiamento direcionado para elos situados ao longo da cadeia de valor, além de sua base.

CAPÍTULO

5



Reflexões finais

As reflexões geradas pelos levantamentos da demanda de financiamento da cadeia da castanha-do-brasil serviram de base para ampliar o entendimento do papel do crédito rural para cadeias de produtos que contribuem para a manutenção das florestas. Os dados mostram que há dinheiro disponível para suprir a demanda e que um arranjo de finanças híbridas, com alocações combinadas de fontes não reembolsáveis e reembolsáveis, poderia aumentar o fluxo de recursos para os negócios e produzir mudanças estruturais nos elos iniciais da cadeia.

Esses aprendizados foram fundamentais para estruturar o Fundo Socioambiental Conexsus como um veículo que oferece instrumentos financeiros adequados para a realidade e demanda das organizações comunitárias e busca a alavancagem do crédito rural.

O fluxo de recursos indicado para atender à demanda levantada por este estudo é chave para a transformação da cadeia a partir da maior estruturação de sua base. Isso permitirá entre outros benefícios: (1) a constituição e a consolidação

de negócios comunitários; (2) a ampliação e a replicação de redes de cooperativas e associações que contam com instituições de apoio; (3) a ampliação da assistência técnica para aprimorar a atividade produtiva e reduzir perdas; (4) a instalação de mais unidades de beneficiamento e armazenagem nas proximidades das áreas de coleta; (5) investimentos para maior agregação de valor aos produtos e ampliação de mercados.

Portanto, as estratégias de financiamento podem ter uma contribuição relevante para um novo ciclo de desenvolvimento das organizações econômicas da cadeia, gerando autonomia, ganhos organizacionais e aprimorando a distribuição de valor ao longo da cadeia.

O exercício realizado a partir da castanha-do-brasil gerou várias reflexões que estão sendo incorporadas às estratégias da Conexsus. Estas estão sendo aplicadas, seja em suas próprias iniciativas, seja em ações articuladas com os vários parceiros fundamentais para dimensionar apoios e formatos para as cadeias importantes voltadas à proteção de florestas e de outros ecossistemas.



Anexo 1

Demanda de capital de giro e recursos gerais por elo da cadeia

Em função da carência de informações sobre custos para manutenção e operação de equipes de assistência técnica (tanto para o atendimento junto às organizações coletivas como em equipes centralizadas nas redes), este estudo considerou os cálculos elaborados e recomendados pela Conexsus, com base em valores médios dos pisos salariais de agrônomos nos estados da Amazônia Legal.¹²

A seguir, são discriminados os volumes apurados como demanda, separados por elo da cadeia e por finalidade do recurso:

Extrativistas das associações e cooperativas

Foram considerados todos os que trabalham com o extrativismo da castanha-do-brasil, independentemente de sua composição social específica (agricultores familiares, populações indígenas ou extrativistas) ou mista (agricultores familiares, ribeirinhos e povos tradicionais, etc.). Todos, no entanto, integrantes do quadro social de uma das 127 organizações coletivas pesquisadas.

Suas demandas por recursos são para o custeio da atividade (mão-de-obra, transporte da comunidade até o local de coleta, embalagens/

utensílios, combustível para barco, etc.) e/ou para os investimentos necessários para alavancar a produção ou melhorar a qualidade do produto (instalação de armazém no local das coletas, secador solar ou rotativo, aquisição de barco, etc.).

Critérios/premissas adotados para o cálculo da demanda:

Custeio:

- Custo de produção médio para 1.000 Kg de castanha *in natura*¹³: R\$ 2.225,37.
- Volume total de produção comercializada na safra 2018 da castanha *in natura*, com base nas organizações que informaram esse dado: 9.161,91 toneladas.
- Estimativa do percentual de financiamentos sobre o total da demanda¹⁴: 60%.
- Estimativa do percentual de interesse e sucesso na obtenção de financiamentos do total da demanda na safra 2019/2020: 10%.
- Fórmula: $9.161,91 \times 2.225,37 \times 0,60 \times 0,10 =$
R\$ 1.223.318,45.

Investimento:

Calculado com base no custo de instalação de:

- Unidade armazenadora da castanha na floresta, próxima da área de coleta, conforme modelo recomendado pela Embrapa-AP: de madeira fornecida pela comunidade, coberto com telha e com tela para ventilação, com capacidade para armazenar 60 hectolitros ou 3.000 Kg de castanhas *in natura*;

¹². Conforme dados oficiais apresentados no link <https://dissidio.com.br/salario/cbo-321105/tecnico-em-agricultura/>.

¹³. Valor obtido com base nas médias dos montantes informados pelas organizações e do custo de produção levantado pela Conab para balizar o PAA no Amazonas (R\$ 3.750,00 e R\$ 5.990,00) e no Acre (R\$ 900,00 e R\$ 890,00).

¹⁴. Historicamente apenas 60% dos produtores que podem acessar os créditos do Pronaf querem fazer os financiamentos.

- Aquisição de equipamento de desdobra de madeira morta em baixos volumes para construção de pontes dentro dos castanhais (referência da Rede Sentinelas para nove associações: R\$ 100 mil por ano); e
- Secador solar para a castanha-do-brasil, desenvolvido pela Embrapa-AP para uso nas comunidades, com capacidade de secagem de 20 hl ou 1.000 Kg de castanhas *in natura* a cada 4 dias.

ARMAZÉM:

- Volume total de produção comercializada na safra 2018 da castanha *in natura* de todas as organizações coletivas que informaram esse dado: 9.161,91 toneladas.
- Capacidade de armazenagem: 3.000 a cada 15 dias (90 dias coleta 90:15=6).
- Estimativa de percentual de financiamentos do total da demanda: 20%.
- Fórmula: $9.161,91 : 3 : 6 \times 4.000,00 \times 0,20 =$
R\$ 407.195,96.

EQUIPAMENTO PARA CONSTRUÇÃO DE PONTES:

- Custo anual para nove associações: R\$ 100.000,00.
- Quantidade de associações: 98.
- Estimativa de percentual de financiamentos do total da demanda: 20%.
- Fórmula: $100.000,00 \times 98 : 9 \times 0,2 =$
R\$ 217.777,78.

SECADOR SOLAR:

- Custo anual para nove associações: R\$ 150.000,00.
- Quantidade de associações: 98.
- Estimativa de percentual de financiamentos do total da demanda: 20%.
- Fórmula: $150.000,00 \times 98 : 9 \times 0,2 =$
R\$ 326.666,66
- **Fórmula Final: $407.195,96 + 217.777,78 + 326.666,66 =$ R\$ 951.640,40.**

Elo da Cadeia	Finalidade do Recurso	Valor estimado em R\$ MM	Fontes Prováveis
Extrativistas	Custeio	1,22	Crédito Rural via Pronaf
	Investimentos	0,95	Crédito Rural via Pronaf
Total		2,17	

15. As cantinas são estruturas caracterizadas como de comércio, pois além de comprarem a castanha dos extrativistas elas fornecem bens de consumo (roupas, produtos de higiene pessoal, alimentos industrializados, etc.) para os mesmos extrativistas. Como o comércio não é financiado pelo crédito do Pronaf – exceto para a comercialização de produtos pró-prios ou através de suas cooperativas – indica-se a constituição de Fundos Rotativos para financiar as atividades das cantinas. Usualmente, tais fundos são criados nas organizações com recursos provenientes de doadores nacionais e internacionais.

Cantinas

Cantina é a denominação dada pelo ISA, da Rede Origens, a espaços locais administrados por pessoas encarregadas pela comunidade não só de comprar¹⁵ as castanhas *in natura* dos associados das associações da Terra do Meio, como também por praticarem o aviamento dos principais artigos de necessidade dos extrativistas. Em cada associação pode existir mais de uma cantina. Como normalmente se trata de pessoas físicas, moradores da comunidade e pertencentes à associação, suas atividades como cantineiros não encontram amparo nos financiamentos de crédito rural.

Suas principais demandas são por recursos necessários para efetuar a compra das castanhas com pagamento à vista, antes de serem comercializadas pela associação. Isso configura necessidade de capital de giro.

Critérios/premissas adotados para o cálculo da demanda para capital de giro:

- Quantidade de castanha in natura comprada dos extrativistas pelas Cantinas da Terra do Meio na safra 2018: 300,77 toneladas.
- Preço médio obtido pelos extrativistas pela venda da castanha comercializada com as cantinas na safra 2018: R\$ 4,21/Kg.
- Giro do recurso durante uma safra: 2.
- Estimativa de percentual de atendimento da demanda: 50%.
- Fórmula: $300,77 \times 1.000 \times 4,21: 2 \times 0,5 =$
R\$ 316.556,22.

Elo da Cadeia	Finalidade do Recurso	Valor estimado em R\$ MM	Fontes Prováveis
Cantinas	Capital de Giro	0,32	Crédito Rural via Pronaf
Total		0,32	

Miniusinas

Miniusinas são instalações do tipo agroindústria familiar, destinadas ao beneficiamento/processamento tanto da castanha-do-brasil como de outros produtos. No caso da castanha, a principal finalidade é a produção e posterior comercialização da castanha descascada e desidratada. Algumas miniusinas, dependendo da disponibilidade de equipamentos e da demanda do mercado, também estão produzindo outros derivados da castanha, tais como o óleo, a farinha, a barrinha de cereal, etc.

Por sua capacidade de geração de renda com agregação de valor aos produtos processados, a implementação de novas miniusinas tornou-se uma atividade bastante recomendada para associações extrativistas da castanha.

As miniusinas normalmente são investimentos feitos por associados individualmente ou em grupo. Por isso, é importante que os interessados possuam espírito empreendedor, recebam capacitação e tenham acompanhamento técnico de entidades de apoio e assistência técnica. As demandas envolvem a obtenção de recursos necessários para cobrir os custos da construção das instalações, a aquisição dos equipamentos e, posteriormente, o custeio das despesas.

Critérios/premissas adotados para o cálculo da demanda:

Custeio:

- Custo médio para o beneficiamento de 1.000 Kg de castanha com casca, pelas associações na safra 2018: R\$ 27.500,00.
- Quantidade de castanha beneficiada/processada comercializada pelas associações na safra 2018: 20,13 toneladas.
- Estimativa de percentual de financiamentos do total da demanda: 10%.
- Fórmula: $20,13 \times 27.500,00 \times 0,10 =$
R\$ 55.357,50.

Investimento:

- Custo médio para a instalação de uma miniusina básica de processamento de castanha e outros produtos (infraestrutura R\$ 35.000,00 + equipamentos R\$ 30.000,00): R\$ 65.000,00.
- Expectativa de que a quantidade de miniusinas instaladas em 12 meses seja de, pelo menos, uma em aproximadamente 25% das 98 associações pesquisadas: 25.
- Estimativa de percentual de financiamentos do total da demanda: 50%.
- Fórmula: $65.000,00 \times 25 \times 0,5 =$ **R\$ 812.500,00.**

Elo da Cadeia	Finalidade do Recurso	Valor estimado em R\$ MM	Fontes Prováveis
Miniusinas	Custeio Agroindústria Familiar	0,06	Crédito Rural via Pronaf
	Investimentos Agroindústria Familiar	0,81	Crédito Rural via Pronaf
Total		0,87	

Associações

Associações são organizações coletivas formais ou informais, podendo se configurar como pessoa jurídica, com CNPJ, ou não. Os recursos normalmente demandados pelas 98 associações pesquisadas são principalmente para o capital de giro necessário à compra da castanha *in natura* de seus associados, com pagamento à vista. Referem-se também ao apoio necessário com assistência técnica, seja para o processo produtivo, seja para os demais aspectos relacionados a gestão, administração e controle da entidade, bem como para a comercialização da produção de seus associados.

Critérios/premissas adotados para o cálculo da demanda:

Capital de giro:

- Quantidade de castanha *in natura* comercializada pelas associações na safra 2018: 9.128,71 toneladas.
- Quantidade de castanha beneficiada/processada comercializada pelas associações na safra 2018: 20,13 toneladas.
- Proporção da quantidade necessária de castanha *in natura* para produzir uma unidade de castanha descascada e desidratada: 3:1;
- Preço médio obtido pelos extrativistas pela venda da castanha *in natura*, comercializada com as organizações coletivas na safra 2018: R\$ 4,77/Kg.
- Giro do recurso durante uma safra: 2.

- Estimativa de percentual de atendimento da demanda: 30%.
- Fórmula: $[9.128,71 + (20,13 \times 3)] \times 4,77 \times 1.000 : 2 \times 0,3 = \mathbf{R\$ 6.578.559,51}$.

Assistência técnica:

- Custo anual para manutenção de assistência técnica junto às organizações coletivas (3 técnicos para 6 associações - Rede Floresta): 298.000,00.
- Custo anual de operação (logística + tecnologia + comunicação + gestão): 200.000,00.
- Quantidade de associações pesquisadas: 98.
- Estimativa de percentual de atendimento da demanda: 100%
- Fórmula: $(298.000,00 + 200.000,00) \times 98 : 6 = \mathbf{R\$ 8.134.000,00}$.

Assistência técnica para organizações coletivas recomendada pela Conexus:

- Custo anual de manutenção de um técnico para cada cinco organizações: R\$ 51.120,00.
- Custo anual de operação (logística + tecnologia + comunicação + gestão): R\$ 200.000,00.
- Quantidade de associações pesquisadas: 98.
- Estimativa de percentual de atendimento da demanda: 100%
- Fórmula: $(51.120,00 + 200.000,00) \times 98 / 5 = \mathbf{R\$ 4.921.952,00}$.

Elo da Cadeia	Finalidade do Recurso	Valor estimado em R\$ MM	Fontes Prováveis
Associações	Capital de Giro	6,58	Crédito Rural via Pronaf
	Assistência Técnica	4,92	Filantropia, Serviços, política de ATER
Total		11,50	

Cooperativas

As cooperativas formadas para atender à cadeia de valor da castanha-do-brasil são organizações coletivas bem mais complexas que as associações. Regidas por legislação específica, precisam ser formalizadas obrigatoriamente como pessoa jurídica e necessitam de estrutura física e administrativa mais robusta. Possuem mais opções de participação no mercado e podem efetuar a comercialização de seus produtos diretamente para as diversas opções de mercado.

Uma das dificuldades que estas organizações encontram com os extrativistas da castanha-do-brasil é que eles não se sentem como donos participativos da instituição, o que dificulta a adesão de um número maior de associados. São classificadas em cooperativas centrais ou singulares, e encontram-se nos mais diversos níveis de maturidade, como pôde ser constatado recentemente no Desafio Conexsus.

As cooperativas dispõem de mais linhas de crédito rural. Ao mesmo tempo, enfrentam grandes dificuldades, principalmente para oferecer garantias aos agentes financeiros.

Os recursos normalmente demandados pelas 29 cooperativas pesquisadas referem-se a capital de giro para a compra da castanha *in natura* de seus cooperados, com pagamento à vista, e para os investimentos necessários para à ampliação da produção. Os financiamentos para as cooperativas incluem as finalidades de custeio, comercialização e capital de giro na mesma linha, somando todos os valores em um único contrato. Para efeito de entendimento, porém, foram separados custeio/comercialização do capital de giro, pois este último, no caso da castanha, representa o valor necessário para a compra da produção dos cooperados, tornando-se importante que seja tratado separadamente.

Critérios/premissas adotados para o cálculo da demanda:

Custeio/comercialização:

- Quantidade de castanha beneficiada/processada comercializada pelas cooperativas na safra 2018: 4.517,35 toneladas.
- Custo médio para o beneficiamento de 1.000 Kg de castanha com casca na safra 2018: R\$ 27.500,00.
- Estimativa de percentual de financiamentos do total da demanda: 10%.
- Fórmula: $4.517,35 \times 27.500 \times 0,1 =$
R\$ 12.422.712,50.

Capital de giro:

- Quantidade de castanha *in natura* comercializada pelas cooperativas na safra 2018: 33,20 toneladas.
- Quantidade de castanha beneficiada/processada comercializada pelas cooperativas na safra 2018: 4.517,35 toneladas.
- Proporção da quantidade necessária de castanha *in natura* para produzir uma unidade de castanha descascada e desidratada: 3:1.
- Preço médio obtido pelos extrativistas na venda da castanha *in natura*, comercializada com as organizações coletivas na safra 2018: R\$ 4,77/Kg.
- Giro do recurso durante uma safra: 2.
- Estimativa de percentual de atendimento da demanda: 30%.
- Fórmula: $[33,20 + (4.517,35 \times 3)] \times 4,77 \times 1.000 : 2 \times 0,3 =$ **R\$ 9.725.803,98.**

Investimento:

- Número de cooperativas pesquisadas: 29.
- Estimativa de valor médio de investimentos (mais comumente, maquinário para descascar automaticamente as castanhas e estrutura de fornos para secagem) por cooperativa ao ano: R\$ 500.000,00.
- Estimativa de percentual de atendimento da demanda: 50%.
- Fórmula: $29 \times 500.000,00 = \mathbf{R\$ 7.250.000,00}$.

Assistência Técnica:

- Custo anual para manutenção de assistência técnica junto às organizações coletivas (3 técnicos para 6 associações - Rede Floresta): R\$ 298.000,00.
- Custo anual de operação (logística + tecnologia + comunicação + gestão): R\$ 200.000,00.
- Quantidade de cooperativas pesquisadas: 29.

- Estimativa de percentual de atendimento da demanda: 100%.
- Fórmula: $(298.000,00 + 200.000,00) \times 29 : 6 = \mathbf{R\$ 2.407.000,00}$.

Assistência técnica para as organizações coletivas recomendada pela Conexsus:

- Manutenção de um técnico para cada cinco organizações, custo anual: R\$ 51.120,00.
- Custo anual de operação (logística + tecnologia + comunicação + gestão): R\$ 200.000,00.
- Quantidade de cooperativas pesquisadas: 29.
- Estimativa de percentual de atendimento da demanda: 100%.
- Fórmula: $(51.120,00 + 200.000,00) \times 29 / 5 = \mathbf{R\$ 1.456.496,00}$.

Elo da Cadeia	Finalidade do Recurso	Valor estimado em R\$ MM	Fontes Prováveis
Cooperativas	Custeio/Comercialização	12,42	Crédito Rural via Pronaf
	Investimentos	7,25	Crédito Rural via Pronaf
	Capital de Giro	9,73	Crédito Rural via Pronaf
	Assistência Técnica	1,46	Filantropia, Serviços, política de ATER
Total		56,01	

Redes de organizações coletivas associadas a instituições de apoio

As instituições de apoio às organizações coletivas têm sido fundamentais para o desenvolvimento da cadeia de valor da castanha-do-brasil. Seus técnicos normalmente atuam com uma equipe centralizada, ficando a assistência local a cargo das organizações coletivas. Essas equipes atuam nas mais diversas áreas de atividades tanto para associações, cooperativas, cantinas e miniusinas, como para os extrativistas na condução de seus trabalhos da coleta até a entrega da castanha para comercialização.

No levantamento sobre a demanda dos recursos para a cadeia de valor da castanha-do-brasil foram identificados percentuais extremamente significativos a demanda total que podem ser supridos via fonte de recursos do crédito rural do Pronaf. Tais recursos, no entanto, não vêm sendo utilizados pela atividade extrativista da castanha na Amazônia. Dentre os motivos apontados destaca-se a falta de conhecimento sobre todos os trâmites e negociações que envolvem a obtenção e a manutenção de financiamentos junto aos agentes financeiros.

Os recursos normalmente demandados vêm das próprias instituições, de projetos financiados por entidades apoiadoras de atividades sustentáveis e de doação de organismos nacionais e internacionais.

Critérios/premissas adotados para o cálculo da demanda:

Custeio assistência técnica para equipe centralizada:

- Manutenção de equipe técnica centralizada pela entidade de apoio da rede (6 técnicos), custo anual (Rede Origens - Terra do Meio): R\$ 414.000,00.
- Custo anual de operação (logística + tecnologia

+ comunicação + gestão): R\$ 600.000,00.

- Número de organizações atendidas por equipe (associações e cooperativas): 10.
- Número de organizações pesquisadas: 127.
- Estimativa de percentual de atendimento da demanda: 100%.
- Fórmula: $(414.000,00 + 600.000,00) \times 127 \times 0,1 = \mathbf{R\$ 12.877.800,00}$.

Custeio assessoria financeira:

- Manutenção de equipe de 6 técnicos para todas as associações e cooperativas, custo anual: R\$ 720.000,00.
- Custo anual de operação (logística + tecnologia + comunicação + gestão): R\$ 1.080.000,00.
- Estimativa de percentual de atendimento da demanda: 100%.
- Fórmula: $720.000,00 + 1.080.000,00 = \mathbf{R\$ 1.800.000,00}$.

Custeio de assistência técnica para equipe centralizada recomendada pela Conexsus:

- Manutenção de um técnico centralizado na instituição de apoio com salário anual de: R\$ 51.120,00.
- Custo anual de operação (logística + tecnologia + comunicação + gestão): R\$ 600.000,00.
- Número de redes atendidas: 7.
- Estimativa de percentual de atendimento da demanda: 100%.
- Fórmula: $(51.120,00 + 600.000,00) \times 7 = \mathbf{R\$ 4.557.840,00}$.

Elo da Cadeia	Finalidade do Recurso	Valor estimado em R\$ MM	Fontes Prováveis
Instituições de Apoio	Assistência Técnica	4,56	Filantropia, Serviços, política de ATER
	Assessoria Financeira	1,80	Filantropia, Serviços, política de ATER
Total		6,36	

Veículo de garantia

A demanda de recursos para o veículo de garantia, que tem sua modelagem estruturada em uma Sociedade de Garantia de Crédito Socioambiental – Garantia Socioambiental, será proporcional ao volume de financiamentos rurais liberados pelos agentes financeiros para as organizações coletivas e/ou seus associados, de acordo com as seguintes premissas:

- Percentual médio de garantia para cobrir eventuais inadimplências de seus associados: 10%
- Elos da cadeia da castanha-do-brasil que poderão ser amparados pela garantia socioambiental: extrativistas, miniusinas, cantinas, associações e cooperativas.

- Volume de recursos previstos para os financiamentos de crédito rural para esses elos: R\$ 39.336.448,55.

- Fórmula: $R\$ 39.336.448,55 \times 4,46 \times 0,1 =$
R\$ 3.933.644,86.

Compradores

A demanda de recursos apresentada por esse elo da cadeia da castanha-do-brasil é basicamente para investimentos necessários para a modernização e ampliação de suas estruturas de beneficiamento do produto.

Com base em informações referentes à média das demandas de recursos identificadas junto aos compradores atuais da castanha, foi feita uma estimativa de recursos para investimentos anuais de aproximadamente R\$ 7 milhões.

Elo da Cadeia	Finalidade do Recurso	Valor estimado em R\$ MM	Fontes Prováveis
Veículo de Garantia	Garantia Complementar do Crédito	3,93	Investimento de impacto, filantropia de risco
Total		3,93	

Anexo 2

Critérios para estimar necessidade de recursos dinamizadores da cadeia

- Adoção de valores ou quantidades médios de cada item necessário para os cálculos da demanda, considerando o número de informações obtidas e desconsiderando, no cálculo, a quantidade de organizações que não informaram o respectivo dado.
- Adoção de cálculos proporcionais e representativos de cada informação analisada a partir das organizações identificadas e aplicados como se fossem os mesmos para as demais organizações, quando necessário.
- Os valores da estimativa de recursos obtidos por meio da média dos informantes, quando necessário, foram multiplicados para todas as organizações, para determinar a estimativa total para cada tipo de demanda e de beneficiário.
- Custo de produção da atividade extrativista: foi adotada a média do valor de todas as organizações, informada pelas redes (Origem, Rede da Floresta e Sentinelas da Floresta), a média do custo de produção levantado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) para balizar o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Amazonas (R\$ 3.750,00 e R\$ 5.990,00) e a média no Acre (R\$ 900,00 e R\$ 890,00), para cada mil quilos de castanha-do-brasil *in natura* produzidos.
- Quanto à previsão de investimentos: para cada elo demandante foram adotados os custos informados para alguns tipos de investimentos comuns às atividades desenvolvidas. Estes são custos efetivos de mercado, para que a organização possa adquirir, através do financiamento de investimento, recursos para a construção de estrutura simples de armazenamento, estufas para a secagem, barcos, construção de armazém, entre outros.
- Em função da carência de informações sobre os custos de manutenção e operação das equipes de assistência técnica e de assistência financeira (tanto para o atendimento junto às organizações coletivas como em equipes centralizadas nas redes), este estudo considerou, como estimativa, cálculos elaborados e recomendados pela Conexsus, com base em valores médios dos pisos salariais de agrônomos nos estados da Amazônia Legal.

Anexo 3

Documentos necessários para solicitação de crédito para cooperativa de produção

Estatuto Social ou Contrato Social e última alteração vigente, registrado na **Junta Comercial** ou estabelecimento competente, com o requerimento do Presidente e dos Diretores da Cooperativa que deseja o financiamento.

Demonstrações Contábeis (DRE)¹⁶ dos últimos três exercícios, compostas por **Balanco Patrimonial** registrado na Junta Comercial ou estabelecimento competente e **Balancete de Verificação do atual exercício**. Os DRE e o balancete precisam estar assinados pelo contador.

Escrituração Contábil Digital (ECD) dos últimos dois exercícios para as cooperativas optantes do Lucro Real e Lucro Presumido.

Última **ata de eleição dos diretores** registrada na Junta Comercial ou estabelecimento competente.

Fluxo de Caixa da cooperativa (DFC). Esse documento passou a ser um relatório obrigatório e deve constar da contabilidade de todas as sociedades de capital aberto ou com patrimônio líquido superior a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais).

Relação de Faturamento dos últimos 24 meses assinado pelo contador.

Declaração de Imposto de Renda dos diretores referente ao último exercício.

Certidão Negativa de Débitos (CND) da cooperativa e dos diretores (é emitida no *site* da Receita Federal, Estadual e Municipal).

Certificado de Regularidade do FGTS (CRF).

Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (emissão no *site* da Receita Federal).

Certidão Negativa de Falência, Insolvência Civil ou Recuperação Judicial da Cooperativa, expedida pela sede da cooperativa.

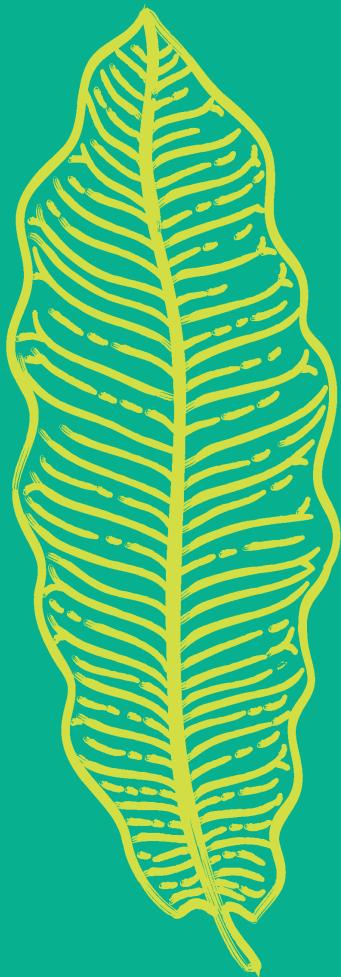
Declaração de Informações Socioeconômicas e Fiscais (DEFIS) (para optantes pelo Simples Nacional). A DEFIS foi instituída através da Resolução GSN 94/2011, que consolida as regras aplicáveis ao **Simples Nacional** para substituir a Declaração Anual do Simples Nacional (DASN).

16. DRE é um relatório contábil que apresenta, de forma resumida, as operações de uma coo-perativa ou empresa em determinado período e o resultado apurado, que pode ser de lu-cro ou prejuízo. Para se chegar a esse resultado, o DRE detalha os valores para os grupos de receitas, custos, despesas, lucros e impostos.

ISBN: 978-65-992272-1-9



9 786599 227219



CONEXSUS
CONEXÕES SUSTENTÁVEIS